

Ambulância capota e mata mãe e filha em Manica

Uma paciente e a acompanhante perderam a vida na sequência do capotamento de uma ambulância afecta a uma unidade sanitária de Vandúzi, na noite da última quinta-feira (14), na província de Manica.

Texto: Redacção

As vítimas são mãe e filha. Esta fez-se à ambulância para a acompanhar a progenitora, de 90 anos de idade, que sofreu uma bicada de cobra.

A viatura em causa, com a matrícula AEO 438 MC, socorria a idosa para o Hospital Provincial de Chimoio (HPC), porque o Centro de Saúde de Manduri não dispunha de tratamento para a picada de serpente.

Após o acidente, o condutor abandonou as vítimas e colocou-se em fuga. A Polícia está no seu encalço e apontou o excesso de velocidade como sendo a provável causa do sinistro, ocorrido por volta das 22h00.



Alegria do BCI vem do investimento na Dívida Pública Interna de Moçambique e das taxas de juros de "agiotas" que deram lucros inéditos

Resultados				
Produto Bancário ²	8.248.180	9.584.886	12.059.372	25,82%
Margem Financeira	4.152.375	6.165.304	8.190.466	32,85%
Margem Complementar ²	4.095.805	3.419.582	3.868.906	13,14%
Custos Operacionais ³	5.296.150	6.101.200	6.804.525	11,53%
Imparidades e Provisões do Exercício ⁴	846.409	1.871.899	2.992.487	59,86%
Imposto sobre Resultados ⁵	686.596	819.538	865.883	5,66%
Resultado Líquido	1.704.892	1.421.400	2.474.266	74,07%

O banco que diz ser "daki", mas na verdade sempre foi português, facturou aqui 8,1 biliões de meticaís aplicando aos moçambicanos, a quem diz fazer feliz, taxas de juros de "agiotas". Estes lucros inéditos obtidos em 2017 pelo Banco Comercial e de Investimentos (BCI) só foram possível graças a crise económica e financeira que Moçambique enfrenta que lhe possibilitou rendimentos bilionários investindo na Dívida Pública Interna que o Governo Filipe Nyusi aumentou mais 100 mil por cento. Paradoxalmente o BCI foi um dos investidores das dívidas ilegais da Proindicus e da EMATUM que precipitaram a crise em que estamos mergulhados.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Divulgação / Adérito Caldeira continua Pag. 02 →

Assembleia da República vai alterar 26 artigos na lei sobre autarquias locais e reajustar a de eleição dos respectivos órgãos

A revisão da actual Lei nº. 2/97, de 18 de Fevereiro, que estabelece o quadro jurídico para a implementação das autarquias locais, submetida ao Parlamento pelo Governo, incide sobre 26 artigos. Uma das principais inovações é a obrigação de a eleição do presidente do município ser por via de cabeça de lista do partido político, coligação de formações políticas ou grupos de cidadãos, que obtiver a maioria de votos nas eleições para a assembleia municipal. A dissolução dos órgãos deliberativos das autarquias locais deixará de ser imposta pelo Governo, reunido em Conselho de Ministros, passando a ser proposta pelo Ministério da Administração Estatal e Função Pública.

Texto & Foto: Emildo Sambo

Os artigos alterados na lei acima são 16, 30, 38, 40, 45, 51, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 70, 72, 77, 83, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 98, 99, 102 e 115.

No artigo 61, atinente à "posse", o presidente da assembleia municipal deverá empossar o edil no dia imediatamente à tomada de posse da assembleia municipal.

Sobre esta questão, a lei em vigor determina que a investidura acontece no "prazo de dez dias a contar da instalação do órgão representativo".

À luz da Lei nº. 7/2013, de 22 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº. 10/2014, de 23 de Abril, atinente à eleição dos Órgãos das Autarquias Locais, também é eleito presidente do conselho autárquico o cabeça de lista do partido político, coligação de formações



políticas ou grupos de cidadãos eleitores, que obtiver a maioria de votos "validamente expressos" nas eleições para a assembleia autárquica, "independentemente do empate no número de mandatos das listas concorrentes à assembleia autárquica".

A revisão do dispositivo a que nos referimos consistirá, segundo a proposta submetida pelo Governo à Assembleia da República (AR), no seu "ajustamento e conformidade" à Lei nº. 8/2013, de 27 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº. 12/2014, de 23 de Abril.

continua Pag. 02 →



A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o

XICONHOÇA

da semana

Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 01 - Alegria do BCI vem do investimento na Dívida Pública Interna de Moçambique e das taxas de juros de "agiotas" que deram lucros inéditos

No segundo ano da crise que estamos a viver a instituição que é líder do sistema bancário no nosso país aumentou ainda mais os seus rendimentos e obteve um lucro inédito: "a Margem financeira ascendeu a 8,1 biliões de meticais,

+154,38 por cento), com destaque para o investimento em Bilhetes de Tesouro (BT's) e Obrigações de Tesouro (OT's), que no seu conjunto representaram uma proporção de 94,41 por cento sobre o total da carteira dos Activos

nanceira, superando às taxas cobradas pelos agiotas.

fruto de uma maior emissão de dívida de curto prazo por

cus e MAM, contraídas violando a Constituição da República e leis orçamentais, e precipitaram a crise que vivemos desde então.



registando um crescimento de +2 biliões (+32,85% relativamente a 2016), face ao valor de 6,1 biliões observado em igual período de 2016".

Financeiros (80,45 por cento em Dezembro de 2016)" reconhece o BCI no seu Relatório e Contas de 2017 analisado pelo @Verdade.

"No ano 2017, a Margem Financeira beneficiou do efeito taxa de juro positiva propiciada, em grande medida, pela rentabilidade dos Activos Financeiros (+2,7 biliões;

A taxa de juro real que o banco que não é "daki" declara ser positiva rondou os 35 a 40 por cento até o Banco de Moçambique começar a reduzir a Prime Rate do Sistema Fi-

BCI reconhece 1,2 biliões de meticais de parte das dívidas ilegais

O @Verdade apurou que o volume total de títulos em carteira do Banco Comercial e de Investimentos aumentou, em 2017, cerca de 6,3 biliões de meticais, o que representa uma variação positiva de 37,59 por cento face a 2016, para esse aumento, contribuiu o acréscimo no volume de Bilhetes do Tesouro em 9,4 biliões de meticais.

"Os Bilhetes de Tesouro conheceram um aumento significativo acima dos 100% face a igual período de 2016,

parte do Estado Moçambicano", refere adicionalmente o BCI no Relatório analisado pelo @Verdade.

Esta de títulos do Tesouro na carteira do BCI correspondem a mais de 20 por cento do total da Dívida Pública Interna, que a 31 de Dezembro de 2017 ascendia pouco mais de 100 biliões de meticais, e tem sido cada vez emitido pelo Governo de Filipe Nyusi para financiar o seu deficitário Orçamento do Estado desde que os Parceiros Internacionais suspenderam o apoio financeiro quando descobriram em Abril de 2016 as dívidas da Proindi-

Importa recordar que o BCI foi um dos bancos "moçambicanos" que comprou secretamente essas dívidas ilegais. De acordo com a Auditoria da Krol o banco adquiriu 30 milhões de dólares norte americanos em dívida ilegal da Proindicus e mais 25 milhões de dólares em dívida ilegal da EMATUM.

No Relatório e Contas de 2017 estão inscritos 1,2 biliões de meticais como "Obrigações Soberanas" que o @Verdade entende tratarem-se de parte das dívidas ilegais, particularmente a dívida da EMATUM legalizada em "Mozambique 2023 Eurobonds".

Este crescimento da Margem Financeira permitiu ao Banco Comercial e de Investimentos compensar a redução da sua carteira de crédito que registou uma redução de 9,8 biliões de meticais, menos 11,53 por cento comparativamente a 2016, e influenciou o desempenho positivo do Produto Bancário que resultou num lucro líquido em 2017 de 2,4 biliões de meticais, um crescimento de 74,07 por cento em relação ao ano anterior.

Embora pregue desde 2010 que é um banco "daki" o BCI sempre foi um banco controlado por portugueses, que actualmente detêm 97 por cento do capital social através da Caixa Geral de Depósitos e Banco Português de Investimento.

→ continuação Pag. 01 - Assembleia da República vai alterar 26 artigos na lei sobre autarquias locais e reajustar a de eleição dos respectivos órgãos

De acordo com o Governo, as outras inovações resultantes da revisão pontual da Constituição, pelo Parlamento, a 24 de Maio passado, dizem respeito à supressão de eleição intercalar, em caso da dissolução da assembleia autárquica.

PL) o pensamento do Governo ao propor mexidas nas leis em alusão.

Ao contrário do que acontece na legislação, a ministra disse, respondendo a uma das inquirições dos partidos representados na AR, que os cidadãos que já tenham exercido o seu direito de voto passam a estar proibidos de permanecer a 300 metros da assembleia de voto.

Por via disso, pode-se nomear uma comissão administrativa para efeitos de gestão autárquica.

António Muchanga, da bancada parlamentar da Renamo, considerou que a decisão poderá ter implicações negativas, porque se não há nada a esconder os cidadãos podem se manter a essa distância.

"Com a adopção do sistema de lista do partido político, coligação de partidos políticos ou grupos de cidadãos eleitores, elimina-se a convocação e realização de eleições intercalares, no caso de impedimento permanente do presidente do conselho autárquico, recorrendo-se a um outro integrante da mesma lista", explica o proponente.

De forma peremptória, Carmelita Namashulua elucidou que a medida visa pôr termo a tumultos e outros actos de violência que impeçam o decurso normal do processo de votação, à semelhança do que tem sucedido noutras eleições.

Ademais, esta nova realidade reduz drasticamente os gastos resultantes da convocação de eleições intercalares (...).

Esta segunda-feira (18), a CAPPL ausculta os representantes dos partidos políticos extraparlamentares e organizações da sociedade civil em torno das mesmas propostas.

Na última sexta-feira (15), a Ministra da Administração Estatal e Função Pública, Carmelita Namashulua, esteve no Parlamento para esclarecer à Comissão de Administração Pública e Poder Local (CAP-

Universidade Politécnica alerta estudantes sobre perigos da toxicodependência

A chefe do Gabinete de Atendimento Psicológico (GAP) da Universidade Politécnica, Kátia Paim, considera que a depressão, o desamparo emocional, a violência e a falta de diálogo no seio das famílias são as principais razões do aumento do consumo de drogas entre os adolescentes e jovens.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Estes factores, associados às descobertas que caracterizam a adolescência e a juventude, de acordo com Kátia Paim, podem aumentar a vulnerabilidade destas duas camadas às drogas, dada a quantidade de informação que recebem: "A ausência do diálogo na família, por exemplo, leva a que cada membro fique isolado, independente e mais preocupado com o seu sucesso, sem conseguir buscar apoio na família, nos amigos ou na comunidade".

nómenos que ocorrem na sociedade e, se necessário, impor limites.

"Temos que dar mais liberdade aos nossos filhos, mas também temos que impor limites", afirmou a interlocutora, que falava, recentemente, na cidade de Maputo, durante a palestra sobre prevenção à toxicodependência dirigida aos alunos do Instituto Médio Politécnico (IMEP), uma unidade orgânica da Universidade Politécnica.

deriva da necessidade de contribuir para a formação dos jovens, não só na componente académica, mas também no que diz respeito à cidadania.

"O adolescente e o jovem ficam, nesta fase (de descobertas), expostos a muita informação e não conseguem geri-la, o que lhes leva a procurar ajuda em coisas que lhes podem destruir, nomeadamente o álcool, o cigarro, as drogas, a exposição excessiva às redes sociais e aos meios de comunicação, a compulsão alimentar, o culto ao corpo, entre outras", explicou a chefe do GAP.

Relativamente aos que já se encontram numa fase de toxicodependência, Kátia Paim apontou o diálogo na família e o acompanhamento psicológico e psiquiátrico, como indispensáveis para um tratamento bem sucedido: "A família é a nossa base de apoio, enquanto que o psicólogo e o psiquiatra somente avaliam até que ponto a pessoa está comprometida com as drogas".

"A nossa maior preocupação é formar o jovem como um todo, não só transmitir conhecimentos na sala de aulas. Queremos formar o cidadão e isso passa por prestar mais atenção aos jovens, que são uma camada muito frágil e exposta às drogas", disse Rosânia da Silva, cuja mensagem esteve centrada na prevenção.

Por seu turno, a Pró-Reitora para Pós-Graduação, Investigação Científica, Extensão Universitária e Cooperação da Universidade Politécnica, Rosânia da Silva, referiu que a palestra

"O segredo é não dar o primeiro passo, porque sair do mundo das drogas é um processo muito difícil. A droga não prejudica só quem a consome. Afecta a família, a comunidade, a escola, entre outras instituições sociais", apelou a Pró-Reitora para Pós-Graduação, Investigação Científica, Extensão Universitária e Cooperação da Universidade Politécnica, que também louvou o trabalho que tem sido desenvolvido pelo GAP, em parceria com a REMAR-Reabilitação de Marginalizados, uma organização que se dedica ao tratamento e reabilitação de toxicodependentes.

Um Código de Conduta ridículo

O Governo da Frelimo, mais uma vez, acaba de demonstrar a sua falta de bom senso e discernimento para os moçambicanos, quicã o mundo. Desta vez, o Executivo de Filipe Nyusi foi mais longe ao aprovar, pela Resolução n. 15/2018 de 24 de Maio, um Código de Conduta do Funcionário e Agente de Estado eivado. Trata-se de um documento absurdo, tendo em conta os aspectos pouco abonatórios que nele constam e que da alguma forma ferem os princípios básicos de um Estado de Direito Democrático.

A primeira situação ridícula estampada no Código de Conduta encontra-se no ponto 10.3, alínea c), no qual o Funcionário e Agente do Estado é obrigado a se abster de usar internet, skype, facebook, instagram, twitter entre outras redes sociais e multimédias de forma a não perturbar o seu desempenho normal. Como se isso não bastasse, já no ponto 15.3., refere que o Funcionário

e Agente do Estado abstêm-se de escrever ou disseminar através das redes sociais ou outros meios cartas anónimas e maliciosas e imprimir gravuras tendentes a denegrir a imagem do Estado moçambicano.

Estas medidas não são somente patéticas ou ridículas, mas também são um exemplo mais acabado de um Governo incompetente, sem agenda e averso ao desenvolvimento do seu próprio país. Hoje em dia, a internet tornou-se numa ferramenta poderosa, importante e indispensável com a qual se pode prestar bons serviços ao Estado e não só.

Além disso, num mundo cada vez mais globalizado o uso da internet e das redes sociais devem ser vistos com alternativa a fontes de informação e obtenção de conhecimento. Moçambique não pode ficar alheio a essa importante realidade. Impedir

o uso dessas ferramentas é colocar-se fora do mundo digital e do desenvolvimento tecnológico. No entanto, é caricato quando o Governo de turno, sentado numa sala climatizada e rodeado de mordomias garantidas pelos impostos dos moçambicanos, decide aprovar tamanha barbaridade.

É certo que é preciso estabelecer padrões de comportamento para os Funcionários e Agentes do Estado, mas é necessário que isso seja feito de forma que não coloque o país numa situação de ditadura. Na verdade, o Governo devia preocupar-se com os assuntos que têm estado a tirar o sossego dos moçambicanos, como é o caso dos recorrentes ataques em Cabo Delgado, ao invés de andar a aprovar decretos inoportunos e sem nenhuma réstia de bom senso.

Portanto, o referido Código de Conduta é mais um absurdo do Governo da Frelimo.

BCI

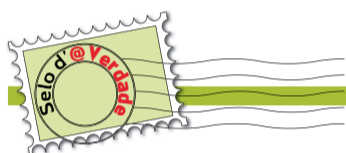
O Banco Comercial e de Investimentos (BCI), que por alguma carga de água se deiz "daki", é o exemplo mais acabado de Xiconhoca. Enquanto o país definha numa crise económica e financeira sem precedentes, o banco continua a facturar à custa do suor dos moçambicanos. A alegria do BCI vem do investimento feito na Dívida Pública Interna e das taxas de juros de "agiota", facto que resultou em lucros inéditos, cerca de 8,1 biliões de meticais. É caso para dizer: bando de ladrões!

TRAC

Após garantir que as obras de alargamento da Estrada Nacional número 4 estaria concluídas em Dezembro do ano em curso, a TRAC, a empresa concessionária da EN4, veio a público afirmar que as mesmas estão previstas para o próximo ano (2019). O trabalho arrancou em Abril de 2017 com o fim previsto para Dezembro próximo. No entanto, é caricato quando uma empresa que tem estado a tirar dinheiro dos bolsos dos moçambicanos diariamente atrasa os trabalhos de alargamento das vias, criando embaraços para os utentes das mesmas.

Filipe Nyusi

O Presidente da República, Filipe Nyusi, anda distraído ou finge que não sabe do que tem estado a acontecer no país que ele dirige. É que após sensivelmente um ano do fim do seu mandato de-se conta de que afinal os funcionários ou administradores distritais não dominam os assuntos de governação, e que apresentam números dourados. Não é preciso ser Chefe de Estado para chegar a esta conclusão óbvia. É sabido que Nyusi está rodeado por todos os incompetentes que estavam disponível no mercado de trabalho nacional. Xiconhoca!



Circuito Repinga Ocupado

O Conselho Municipal da Cidade de Maputo adjudicou mais uma parte do Circuito Repinga para construções dedicadas à actividade privada comercial. Perante a indignação de muitos cidadãos, o CCMC informou que se trata de um café e um ginásio no sentido de viabilizar o Circuito Repinga, numa acção legal e coordenada com um grupo de amigos do Repinga.

Independente das questões legais, que os Cidadãos de Maputo estão a verificar, a verdade é que o Circuito Repinga já diminuiu a sua área várias vezes e sempre para dar lugar a construções.

Não se entende que depois de todos os estudos e avisos sobre o muito baixo índice de jardins e zonas de recreação

activa em Maputo, com consequências já observáveis e publicadas, uma vez mais um espaço dedicado ao verde e à actividade física veja reduzida a sua área. Estranho também é o facto de que, a quando da construção dos edifícios Ministeriais, as autoridades tenham derrubado o Ginásio de Maputo para agora construir um outro diminuindo uma vez mais a área dedicada ao lazer activo. No espaço onde foi colocado a vedação da obra estava um campo de futebol e uma parte do circuito de manutenção.

Esta invasão da propriedade pública nos parques tem crescido exponencialmente apesar dos constantes protestos. A tendência de ocupação dos parques com actividade privada, quase sempre de

consumo alimentar e outras lojas, tem vindo a causar uma diminuição drástica das zonas publicas de descanso.

Com particular preocupação o movimento "Cidadãos de Maputo" verifica que a política de privatização do espaço publico se estende aos parques infantis que estão a serem autorizados como actividade comercial inviabilizando o seu uso pelas crianças cujos pais não podem suportar os custos das brincadeiras. Por exemplo, no dia 1 de Junho foi inaugurado um parque infantil privado no Parques do Continuadores. Lembramos que a quando da reabilitação desse parque foi derrubado um parque infantil que lá estava há mais de 50 anos e que era do acesso de todos.

Não obstante as diversas justificações não conseguimos descortinar razões de ordem publica para mais esta invasão ao Circuito. De outro modo o Circuito nunca teria chegado ao estado de degradação, não obstante diferentes propostas de solução terem sido apresentadas mas nunca atendidas.

O movimento "Cidadãos de Maputo" considera que as autoridades governamentais deveriam intervir em mais uma atitude que consideram irresponsável e motivada por razões alheias ao interesse público disponibilizando se, como o tem vindo a fazer, em colaborar em soluções que salvaguardem a construção de uma Cidade harmoniosa.

Por Cidadãos de Maputo

Desporto

Mundial 2018: Cristiano Ronaldo garante vitória de Portugal sobre Marrocos

Cristiano Ronaldo marcou um golo de cabeça aos 4 minutos de jogo que garantiu a vitória de Portugal por 1 a 0 sobre Marrocos, na quarta-feira (20), levando a selecção portuguesa à liderança do Grupo B, enquanto a selecção do norte da África tornou-se na primeira a ser eliminada do Campeonato do Mundo de futebol.

Texto: Agências

O quarto golo de Ronaldo no Mundial da Rússia, após ter balançado as redes três vezes no empate por 3 a 3 com a Espanha, colocou Portugal com quatro pontos.

O Marrocos, que teve diversas chances de golo no Estádio Luzhniki mas não conseguiu converter, ainda não somou pontos, após ter perdido por 1 a 0 para o Irão na sua estreia, e não tem

mais chances de avançar para os oitavos de final.

Apesar da actuação destemida, Marrocos irá lamentar o erro defensivo logo no início do jogo que tornou irrelevante todo seu trabalho subsequente.

Apesar de ter se classificado para a Copa sem levar um golo sequer em seis jogos nas eliminatórias africanas, a defesa marroquina não foi ca-

paz de impedir Cristiano Ronaldo de aproveitar de cabeça cruzamento de João Moutinho para dentro da área.

Esse foi o 85º gol de Cristiano Ronaldo pela selecção de Portugal, o que faz dele o jogador europeu com mais golos marcados em partidas de selecções, com um a mais que o húngaro Ferenc Puskas.

Se tens alguma denuncia ou queres contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel: +258 84 39 98 635

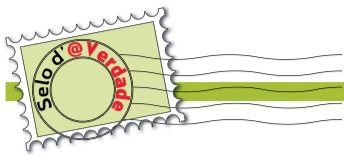
MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel: +258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; Chefe de Redacção: Emildo Sambo; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Chefe de Redacção: Júlio Paulino;

Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.



Quanto custa a ponte da Catembe?

1. Introdução

A ponte Maputo-Catembe é um dos mais recentes investimentos em infra-estruturas realizados pelo Estado. A sua construção está avaliada em cerca de 725 milhões de dólares. O projecto inclui a ligação rodoviária entre a Catembe e a Ponta do Ouro cujo custo inicial era de 315 milhões de dólares americanos. É considerada a maior ponte suspensa do continente africano (AM Intelligence 1142, de 19 de Abril de 2018). O projecto foi financiado em 85% pelo Banco Chinês EXIM, 10% por empréstimo em condições favoráveis concedido pelo mesmo banco e os restantes 5% foram financiados pelo orçamento do Estado.

O projecto foi concebido em 2012, após o lançamento de um concurso internacional. Numa primeira fase, previa-se que o projecto fosse financiado por uma linha de crédito concedida pelo governo português. A crise financeira em Portugal inviabilizou a efectivação da linha de crédito. O Governo chinês aceitou participar no financiamento do projecto tendo designado, como empresa empreiteira, a China Road and Bridge Corporation (CRBC). Fontes não oficiais indicam que a proposta de uma empresa portuguesa era de cerca de 350 milhões de dólares, menos de metade do valor a que foi atribuído à construtora chinesa.

Nos discursos apresentados pelo Governo, a ponte tem como objectivos, os seguintes: (1) promover o turismo para a Ponta do Ouro e Reserva dos Elefantes de Maputo; (2) facilitar as trocas comerciais com os países vizinhos (África do Sul e Suazilândia); (3) facilitar a deslocação da população residente entre as duas margens; e, (4) contribuir para o desenvolvimento da zona da Catembe.

Moçambique faz parte do grupo de países em via de desenvolvimento. A sua economia é caracterizada por possuir um baixo Índice de Desenvolvimento Humano e do PIB per capita, produção assente nos sectores primários e extractivos, ser instável e sensível aos choques externos, dependente da ajuda externa e com dívida pública elevada. Possui uma educação de baixa cobertura e qualidade, serviços de saúde débeis, fraca segurança pública, baixa cobertura social e espacial de energia, sistemas sanitários frágeis, estradas precárias, sistema de transporte público (de pessoas e mercadorias)

deficitário.

A selecção de projectos de investimento público (assim como privado), incluindo os custos de manutenção e de exploração, deveria supor a existência de estudos de viabilidade económica e financeira e a avaliação dos custos sociais e ambientais. Esses estudos não estão acessíveis ao público ou não existem.

Para além dos estudos dos projectos individualmente, os custos de oportunidades devem ser analisados, isto é, quais os outros investimentos que deixam de ser realizados devido à opção por um determinado projecto. Perante a escassez de recursos, são necessárias escolhas públicas correspondendo a interesses (motivações) políticos do Estado. Qualquer poder possui como objectivos a defesa e manutenção do poder e, em princípio, o desenvolvimento económico e a elevação do bem-estar dos cidadãos.

Este texto tem como objectivos analisar quais os custos de oportunidade da construção da ponte Maputo - Catembe, verificando que investimentos poderiam ter sido realizados em detrimento deste, quem são os beneficiários deste investimento bem como quais os ganhos económicos e sociais da infra-estrutura. Procura-se ainda deduzir as motivações políticas desta escolha pública.

2. Custo de oportunidade da Ponte Maputo - Catembe

Para o estudo do custo de oportunidade da ponte da Catembe analisaram-se várias alternativas que o decisor poderia optar. Assim, pode-se comparar o benefício que se obtém com a ponte em relação ao sacrifício de alternativas.

Nos últimos mandatos, verificou-se uma intensificação de avultados investimentos públicos em infra-estruturas expressas como fundamentais para o desenvolvimento económico e o bem-estar dos cidadãos. Para além da ponte Maputo-Catembe, destaca-se a estrada circular de Maputo, avaliada em 315 milhões de dólares. Países como Moçambique, cujos objectivos deveriam ser primeiramente a erradicação da pobreza e as necessidades básicas da população, não devem priorizar investimentos de viabilidade económica e financeira duvidosa.

Devido à dimensão do projecto e dos impactos, a ponte poderá

contribuir para o surgimento da especulação imobiliária (já existente) na Catembe bem como na cidade de Maputo. Esta infra-estrutura irá beneficiar uma pequena parte da população de rendimento médio/alto, através da intensificação de actividades turísticas, comerciais e de construção de habitação de renda média e alta.

Porque Maputo possui um grande poder de atracção de população e de actividades económicas, a ponte facilitará os fluxos da Catembe para Maputo, aumentando a mobilidade e acesso entre zonas cujas infra-estruturas já se encontram sobreutilizadas. Consequentemente, haverá agravamento da poluição, tempo e riscos do congestionamento de tráfego. Estas externalidades ambientais negativas não foram certamente previstas no estudo de construção da ponte.

os aeroportos de Maputo e Nacala, este último avaliado em 216 milhões de dólares, a ponte Armando Emílio Guebuza sobre o rio Zambeze com um custo de 76 milhões de euros, a base logística de Pemba avaliada em 150 milhões de dólares na sua primeira fase, o Estádio Nacional de Zimpeto, entre outros, como, por exemplo, edifícios públicos. Sabe-se que existiram derrapagens financeiras, isto é, o investimento final foi substancialmente superior ao previsto.

Estes investimentos contribuiriam para o avolumar da dívida pública e da dívida externa, estando neste momento o país em situação de incumpridor dos seus compromissos financeiros internacionais. Não são compreensíveis alguns dos investimentos acima referidos, entre outros, como o aeroporto de Nacala e alguns edifícios públicos.

Verifica-se que o custo da ponte equivale à construção de 32 hospitais provinciais com a capacidade para 14.829 camas hospitalares (450 camas por hospital). Na segunda alternativa, permitiria a construção de 1.115 salas de aulas do ensino secundário com capacidade para cerca de 66.900 alunos (1.115 salas x 30 alunos por sala x 2 turnos). Em termos de escolas primárias, possibilitaria a construção de 7.250 escolas com capacidade para cerca de 870.000 alunos (7.250 escolas x 2 salas por escola x 30 alunos por sala x 2 turnos). O investimento da ponte equivale ao custo de construção de 30.208 habitações familiares para agregados de 5 pessoas, o que proporcionaria a

instalação de 151.040 pessoas.

Em 2016 existia 19.227 escolas primárias (EP1 e EP2) e 757 escolas secundárias. As opções acima indicadas significariam um aumento em 37,7% e de 14,6% de escolas respectivamente. Maputo tem 11 províncias e com o valor da ponte se poderiam construir 32 novos hospitais com as valências de um hospital provincial.

Havia ainda a possibilidade de realizar investimentos nos dois lados do rio e a aquisição ferry boats de grande dimensão tal como existe em muitas partes do mundo.

3. Reassentamentos

A construção da ponte implicou o reassentamento e indemnização da população num total de 899 famílias e mercados informais, tanto do lado de Maputo como da Catembe. Por falta de verbas da Empresa de Desenvolvimento de Maputo Sul, responsável pela execução desse processo, as compensações têm vindo a ser custeadas pela empreiteira chinesa CRBC, atingindo um total de 100 milhões de dólares (inclui indemnizações de reassentamentos da circular de Maputo - AM Intelligence 1142, de 19 de Abril de 2018).

Estudos recentes (por exemplo, Ozawa, 2018) afirmam que o projecto teve implicações negativas sobre a população reassentada. Os locais para onde foram reassentadas não dispõem de condições infra-estruturais sociais básicas (hospitais, escolas, mercados, meios de transporte, entre outros), contribuindo para o aumento do custo de vida e das distâncias percorridas para aceder a esses serviços. Em alguns casos, foi entregue às famílias um valor aproximado de 400 mil meticais e um terreno para construir a habitação.

A deslocação da população reassentada teve momento de conflitualidade, sendo um dos factores para o atraso da conclusão da ponte. Este é um custo social seguramente não previsto nos estudos de construção da ponte.

4. Amortização do investimento

Para o pagamento do financiamento contraído, os agentes envolvidos prevêem o pagamento de parte do financiamento através das

continua Pag. 17 →

Xiconhoiques

Integração da população na patrulha da FDS

O grupo denominado pelas populações de Al Shabaab continua a semear terror na província de Cabo Delgado. O cenário de pânico fez com que o ministro do Interior, Jaime Basílio Monteiro, a reunir-se com a população, sobretudo de Macomia, para apelar que regresses às casas porque as Forças de Defesa e Segurança (FDS) estão no terreno para garantir segurança a todas as comunidades. A Xiconhoique do ministro foi mais longe ao pedir a população para a criação de condições de auto-defesa contra os ataques dos grupos armados que estão a protagonizar assassinatos nalguns distritos da província de Cabo Delgado, para além de fazer parte da patrulha de FDS. Essa atitude é própria de um Governo desesperado e sem inteligência suficiente para defender o Estado.

Acordo com China para combater comércio ilegal de madeira

Definitivamente, o Governo moçambicano anda desnordeada. De palhaçada em palhaçada, agora o Governo de Moçambique decidiu fazer um acordo com a China para combater o comércio ilegal de madeira. Ou seja, Moçambique e China assinaram um memorando, que permite que Moçambique passe a controlar informação sobre os volumes de madeira que sai do país para China. Não fosse a morbidez do caso, seria uma situação para soltar gargalhada. Só mesmo nos contos de fada é que assiste a esse tipo de absurdo, onde o predador é colocado a controlar a presa. É sabido que a China tem sido o maior explorador da madeira das florestas moçambicanas e todos os anos milhões de metro cúbico de madeira é exportada ilegalmente para aquele país, desvastando as nossas florestas.

Taxas de juro altas

As taxas de juros em Moçambique continuam altas, situação que desencoraja o crescimento económico do país. O mais caricato é que, diante das taxas de juro da banca comercial, que são bastante elevadas, o Governador do banco central pede "paciência" aos moçambicanos porque os resultados das decisões de política monetária, a taxa MIMO reduziu pela sexta vez desde Agosto de 2017, "levam o seu tempo a dar resultados". Enquanto esse resultado não vem, os bancos e sos seus proprietários vão fazendo fortuna em tempos de crises. Ou seja, os bancos cobram uma taxa de juro média de 28,69 por cento que Rogério Zandamela admitiu serem necessárias para podermos ter o tipo de estabilidade e equilíbrios macroeconómicos que nós necessitamos em Moçambique. Quanta Xiconhoique!

Autárquicas 2018: Frelimo formaliza inscrição na CNE

A Frelimo, partido no poder, manifestou na segunda-feira (18), à Comissão Nacional de Eleições (CNE), em Maputo, o interesse em concorrer nas quintas eleições autárquicas, marcadas para 10 de Outubro deste ano.

Texto: Emildo Sambo

A par do que tem acontecido nos anos anteriores, as eleições deste ano serão reguladas por uma nova legislação eleitoral autárquica, a ser aprovada na sessão extraordinária do Parlamento, entre 21 e 22 de Junho corrente.

Verónica Macamo, mandatária da Frelimo e presidente da Assembleia da República (AR), disse a jornalistas, após inscrever o partido no qual milita, que a sua formação política pretende concorrer em todas as autarquias do país.

A inscrição de partidos políticos, coligações de formações políticas e grupos de cidadãos que aspirem participar no escrutínio em alusão começou na última sexta-feira (15) e termina a 29 deste mês.

A inscrição na CNE é um acto de manifestação de vontade, por parte das entidades acima mencionadas, de que pretendem participar nas eleições autárquicas. Só depois disso os interessados podem posteriormente se candidatar às eleições de Outubro próximo.

Relativamente à indicação de cabeças de listas a serem eleitos presidentes de municípios e aos membros das assembleias autárquicas, Verónica Macamo disse que ainda não foram seleccionados, porque na Frelimo o processo de escolha "é complexo".

Segundo a mandatária, o seu partido iniciou na segunda-feira (18) a preparação interna das próximas eleições autárquicas e o trabalho consiste na selecção e eleição dos candidatos.

"Nós não indicamos os candidatos da Frelimo, eles são eleitos", afirmou Verónica Macamo, assegurando que os candidatos serão conhecidos oportunamente.

As candidaturas para o escrutínio em questão terão lugar de 05 a 27 de Julho próximo, de acordo com o calendário eleitoral da CNE.

Contratos dos megaprojectos "devem ser escrupulosamente cumpridos" afirma director da APIEX



O director-geral da Agência para a Promoção de Investimento e Exportações (APIEX) defendeu esta segunda-feira (18) diante das mulheres e homens que têm a missão de cobrar impostos em Moçambique que: "No que respeita à concessão de benefícios fiscais e a possibilidade dos mesmos serem reduzidos a minha opinião é muito clara: que este é um debate extemporâneo neste momento e poder-se-á mesmo arguir desprovido de qualquer razão de ser".

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Autoridade Tributária continua Pag. 06 →

Dívidas ilegais vão ser reestruturadas "de uma forma ou de outra", Governador do BM

O Governador do Banco de Moçambique (BM) desmentiu o Fundo Monetário Internacional (FMI) assegurando que o fortalecimento das Reservas Líquidas Internacionais (RIL), que tem um saldo de 3,2 biliões de dólares norte-americanos, não tem nenhuma relação com os não pagamento de alguns serviços da dívida moçambicana, como sugeriu o representante do FMI no nosso país. Rogério Zandamela declarou ainda que as dívidas ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM vão "ser reestruturada de uma forma ou de outra".

Texto: Adérito Caldeira

No início deste mês Ari Aisen alertou que embora o BM esteja a acumular significativas Reservas Internacionais Líquidas, que desde Dezembro passado cifram-se em aproximadamente 3 milhões de dólares norte-americanos, "devemos ter alguma cautela porque parte do aumento é fruto do não pagamento de alguns serviços da dívida moçambicana" declarou, em alusão aos calotes que o Governo de Filipe Nyusi está a dar aos credores da dívida comercial contraída violando a Constituição da República e leis orçamentais que também levaram a suspensão da cooperação com os Parceiros internacionais e impedem o país de aceder aos mercados financeiros do exterior.

"Ao não fazer certos pagamentos do serviço da Dívida Externa obviamente que isso aumenta as Reservas do banco central e na economia. O facto é que numa situação em que Moçambique esteja novamente inserido nos mercados internacionais de capitais, sem atrasar os problemas do endividamento externo aí vamos ter outra situação de Reservas que não temos agora. Difícil agora prever

quando isso vai ser e quanto o serviço (da Dívida Externa) vai ser efectuado porque depende da resolução inclusive do Governo de Moçambique e os credores internacionais", afirmou o representante do FMI no nosso país durante a apresentação das mais recentes perspectivas da instituição para a África Subsahariana.

Questionado sobre o assunto o Zandamela disse a jornalista nesta segunda-feira (18), em conferencia de imprensa na sequência de mais uma reunião do Comité de Política Monetária, que "não há relação" entre as RIL, que actualmente ascendem a 3,2 biliões de dólares norte-americanos, suficientes para cobrir 7 meses de importações sem incluir os megaprojectos, e o não pagamento desde o início de 2017 das amortizações e juros dos empréstimos ilegais das estatais Proindicus, EMATUM e MAM, que até Março passado ascendiam a 636 milhões de dólares atrasados.

Segundo o Governador do BM as Reservas Líquidas Internacionais teriam "um fortalecimento menor, mas praticamen-

te reflectem o esforço que nós fizemos".

Relativamente as dívidas comerciais contraídas com garantias do Estado que violaram a Constituição da República e leis orçamentais Rogério Zandamela deixou claro que: "Há uma coisa que está concordada: a dívida vai ser reestruturada de uma forma ou de outra. Ninguém sabe quanto é que se vai pagar, ou talvez não se vai pagar nada nos próximos cinco ou dez anos como parte desse acordo".

"Há uma discussão em curso entre o Governo e os credores, quando se chegar a um acordo, que vai ser razoável, vamos pagar a dívida em função da nossa capacidade de pagar, ninguém vai cometer suicídio para pagar dívida, isso não existe em nenhuma parte", concluiu o homem forte do banco central moçambicano.

Recorde-se que em Março passado o Executivo de Filipe Nyusi apresentou algumas propostas aos credores para a renegociação das dívidas ilegais no entanto até ao momento não houve nenhum acordo.

CA
PAZ
ES

A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana

Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 05 - Contratos dos megaprojectos "devem ser escrupulosamente cumpridos" afirma director da APIEX

Os funcionários da Autoridade Tributária (AT), entidade responsável pela colecta de cada vez mais receitas para fazer face ao Orçamento de Estado deficitário devido ao corte da ajuda directa dos Parceiros de Cooperação, manifestaram publicamente as suas dúvidas sobre os reais ganhos que a economia moçambicana tem estado a obter desde que os megaprojectos começaram a ser implantados com grandes benefícios fiscais concedidos pelo Estado.

O Director Geral das Alfândegas, Aly Mallá, falando em representação da Presidente da AT, disse que urge a necessidade da criação de uma base de dados e troca de informações entre os diversos stakeholders, no que concerne aos registos dos projectos, localização, valor de investimento, período de recuperação do investimento, despesa fiscal, impostos pagos, postos de trabalhos, remunerações pagas, entre outros.

Para aclarar os funcionários da Autoridade Tributária o director geral da Agência para a Promoção de Investimento e Exportações (APIEX), Lourenço Sambo, um dos mentores da legislação sobre Benefícios Fiscais, proferiu uma palestra sobre o tema.

Sambo começou por traçar o histórico do quadro legal em Moçambique regula os investimentos privados no país, que remonta a Janeiro de 1987 mas que sofreu diversas aprimoramentos até as recentes revisões nas leis de minas e petróleos.

"Muitas vezes há um entendimento que os incentivos constituem uma despesa

para o investidor e para o Governo, eu diria que os incentivos são um investimento que o Governo faz ao não cobrar uma certa taxa, é por isso que temos as isenções de certos direitos aduaneiros" explicou o director geral da APIEX citando como exemplos os incentivos em termos de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) na importação de equipamentos e assessorias constantes da classe K da Pauta Aduaneira, o crédito fiscal por investimento ou as Amortizações, as reintegrações aceleradas e diferimento do pagamento no âmbito do Imposto de Rendimentos de Pessoas Colectivas (IRPC).

"Suscitam-se apaixonadas opiniões no sentido de renegociar os contratos anteriormente celebrados"

No entanto o director da instituição governamental que tem a tarefa de procurar activamente por investimentos constatou que "(...) subsiste um debate intenso sobre a verdadeira contribuição dos projectos em curso bem como daqueles cuja implementação se avizinha, concretamente há vozes contra os incentivos fiscais e mesmo políticas cambiais", em alusão às posições de reputados académicos moçambicanos do Instituto de Estudos Sociais e Económicos, do Centro de Integridade Pública e até mesmo a posição do Fundo Monetário Internacional.

"Questionam-se ainda os ganhos para a economia moçambicana, mormente no que tange a recolha do produto, a distribuição da riqueza, a satisfação das populações lo-



cais, há quem questione isso. Suscitam-se apaixonadas opiniões no sentido de renegociar os contratos anteriormente celebrados, aventam-se inclusive opções mais radicais como a rescisão unilateral dos contratos seguida de um movimento de nacionalização e expropriações. Eu estou a fazer essa reflexão para dizer que o caminho não é esse. O mais grave ainda verifica-se quando as populações afectadas e o reassentamento está a ser posto em causa", declarou Lourenço Sambo.

Na perspectiva de Sambo, o debate está ao rubro. "As paixões estão definidas e os seus defensores e detractores arregimentam, constantemente, argumentos da mais variada natureza, sempre tentando contrariar os seus oponentes. Ainda que, sublinhe-se, a qualidade científica e a base legal da argumentação deixe,

por vezes, muito a desejar".

"Qualquer falta de previsibilidade em termos legais poderá custar ao país um atraso muito grande"

"A análise que nos temos de fazer quando falamos de benefícios fiscais deve começar inquestionavelmente com o princípio do respeito do contratos celebrados pelo Estado. É importante que num Estado de Direito se respeite o que se acordou, e já ditava o velho brocardo em latim "pacta sunt servanda". Ou seja: os contratos devem ser escrupulosamente cumpridos, e o Governo tem que continuar a cumprir", afirmou o responsável da APIEX.

Lourenço Sambo deixou claramente a sua posição, que tudo leva a crer reflecte a posição dos sucessivos Governos

do partido Frelimo que tem feito parte: "No que respeita à concessão de benefícios fiscais e a possibilidade dos mesmos serem reduzidos a minha opinião é muito clara: que este é um debate extemporâneo neste momento e poder-se-á mesmo arguir desprovido de qualquer razão de ser".

Sambo ainda argumentou que "é preciso olhar para os processos históricos da concessão de benefícios fiscais como política económica do Estado moçambicano na atracção e promoção de investimentos nacionais e estrangeiros" e concluiu que "é preciso ter em conta que nós estamos numa região, estamos num mundo global, e que o investidor tem varias opções e qualquer mexida ou qualquer falta de previsibilidade em termos legais poderá custar ao país um atraso muito grande".

Al Shabaab moçambicano ainda é risco "insignificante" para economia, de acordo com o Banco de Moçambique

O movimento armado que está aterrorizar a província de Cabo Delgado onde já assassinou quase quatro dezenas de civis e na véspera da comemoração islamica do Ide atacou mais uma aldeia no distrito de Macomia, ainda não constitui um risco para a economia moçambicana sendo classificado como "insignificante" pelo Banco de Moçambique.

Texto: Adérito Caldeira

O Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique reuniu pela terceira vez este ano, a primeira desde que o movimento apelidado de Al Shabaab pelas comunidades locais da província de Cabo Delgado intensificou os seus actos terroristas em finais de Maio atacando aldeias e assassinando pelo menos 39 cidadãos indefesos.

O mais recente ataque de que há conhecimento aconteceu na quinta-feira (14), véspera da celebração do fim do Ramadão, o Eid al-Fitre. Um grupo não quantificado assaltou durante a noite a aldeia Ibu, no posto Administrativo de Quiterajo, no distrito de Macomia, onde não

causou nenhuma vítima mortal pois, segundo o jornal Mediafax, as populações haviam-se refugiado em locais seguros "matas". No entanto incendiaram 44 residências.

Questionado por jornalistas porque motivo o banco central na sua análise sobre os vários factores que influenciam a economia nacional não levou em conta este conflito o Rogério Zandamela declarou que: "Como deve saber a informação disponível sobre o conflito em Cabo Delgado ela é muito limitada para todos nós, então não é um risco ainda não estamos em condições de avaliar se é significativo ou insignificante. Neste momento na base da informação

que temos classificamos como insignificante".

"Não temos informação para decidir de outra maneira (...) Havia muito mais clareza sobre o conflito no Centro, o que é que isso queria dizer e como é que isso estava a interromper a actividade económica do país, não se podia comunicar o Norte com o Sul", acrescentou Governador do BM concluindo que o terror que o Al Shabaab tem espalhado por pelo menos seis dos 15 distritos da província onde estão as maiores reservas de gás natural da África Austral ainda "é recente, está sendo estudado e não somos os profissionais para poder pôr um peso, não temos informação suficiente sobre isso".



Autárquicas 2018: Renamo inscreve-se para as quintas eleições municipais, o primeiro escrutínio sem Afonso Dhlakama

O maior partido da oposição moçambicana, a Renamo, que vai realizar as primeiras eleições sem o seu líder, Afonso Dhlakama, falecido há mais de um mês, inscreveu-se, na terça-feira (19), para concorrer nas quintas eleições autárquicas, agendadas para 10 de Outubro do ano em curso.

Texto: Emildo Sambo

Sem avançar pormenores, o partido disse que tem uma estratégia para conquistar o grosso das 53 autarquias locais no país, como forma de honrar Afonso Dhlakama e preservar os ensinamentos por ele deixados.

O anúncio foi feito pelo mandatário desta formação política, André Magibire, depois de formalizar o interesse da "Perdiz", na Comissão Nacional de Eleições (CNE), em Maputo, em concorrer nas eleições em questão.

Ele, que é igualmente deputado pela bancada parlamentar da Renamo na Assembleia da República (AR), disse a jornalistas que a inscrição significa que "estamos preparados" para participar no próximo escrutínio.

Dhlakama perdeu a vida vítima de doença a 03 de Maio último, nas matas da Serra da Gorongosa, em Sofala, onde estava aquartelado e negociava com o Governo.

Um dos resultados dessas negociações foi testemunhado a 24 de Maio, com a aprovação da revisão pontual da Constituição da República.

Neste contexto, entre esta quinta e sexta-feira será apreciado e aprovado o novo pacote eleitoral.

"O nosso objectivo é honrar o nome e a alma do presidente Afonso Dhlakama. Serão as primeiras eleições sem ele em vida e a melhor forma de" colocar em prática os seus ensinamentos é "arrancarmos muitos municípios" que estão sob gestão do partido no poder, a Frelimo, e alguns nas mãos do Movimento Democrático de Moçambique (MDM).

Segundo Magibire, a estratégia para vencer será a mesma usada na eleição intercalar autárquica da cidade de Nampula, a 14 de Março passado. "Ganhámos com uma maioria esmagadora".

Das 53 autarquias locais existentes no país, a Renamo administra apenas Nampula. As outras três, nomeadamente Beira, Quelimane e Gúruè, estão sob gestão do MDM. As restantes 49 estão nas mãos da Frelimo.

Os cabeças de lista para presidente de municípios e membros das assembleias municipais serão escolhidos nas conferências provinciais, a terem lugar numa data não especificada, de acordo com Magibire.



Governador do banco central admite que taxas de juro elevadas são necessárias para equilíbrios macroeconómicos que Moçambique precisa

Diante das taxas de juro da banca comercial, que reconheceu serem "relativamente elevadas", o Governador do banco central pede "paciência" aos moçambicanos porque os resultados das decisões de política monetária, a taxa MIMO reduziu pela sexta vez desde Agosto de 2017, "levam o seu tempo a dar resultados". Enquanto isso os cada vez mais ricos banqueiros, que mesmo em tempo de crise obtiveram lucros bilionários inéditos, cobram uma taxa de juro média de 28,69 por cento que Rogério Zandamela admitiu serem "necessárias para podermos ter o tipo de estabilidade e equilíbrios macroeconómicos que nós necessitamos" em Moçambique.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Banco Moçambique continua Pag. 08 →

Parlamento vai eliminar substituição do edil pelo presidente da assembleia municipal em caso de impedimento permanente

A substituição do presidente do conselho municipal, em caso de impedimento permanente, nos termos da nova legislação eleitoral a ser aprovada entre esta quinta e sexta-feira, pelo Parlamento, já não será pelo presidente da assembleia municipal, mas sim, obedecendo o sistema de concorrente melhor posicionado, "dentro da sua lista de candidatura" para presidente do município, ou através do "membro da assembleia municipal que se seguir ao cabeça de lista".

Texto: Emildo Sambo

Está estabelecido que o impedimento permanente pode ser causa da morte, incapacidade física permanente, renúncia ou perda de mandato.

A actual Lei n.º 2/97, de 18 de Fevereiro, que estabelece o quadro jurídico para a implementação das autarquias locais, determina que, em caso de "impedimento permanente" do edil, este "é substituído pelo presidente da assembleia municipal" e exerce o cargo interinamente, até que haja um novo edil encontrado por via da eleição intercalar, se o tempo em falta para o fim do mandato for superior a 12 meses.

A inovação a ser introduzida na proposta de revisão daquela lei, já em poder da chamada "Casa do Povo", visa acabar com os desmandos similares aos que aconteceram no município de Nampula - protagonizados pelo presidente interino Manuel Tocova -, aquando do assassi-

nato do edil Mahamudo Amurane.

Refira-se que Tocova chegou a ser detido duas vezes e julgado e condenado igual número de ocasiões, por desobediência à Procuradoria Provincial de Nampula e por posse ilegal de arma de fogo.

As mudanças reflectem-se também na forma de eleição do presidente da autarquia. Na lei em vigor, a escolha do edil é por "sufrágio universal, igual e directo (...)".

Todavia, segundo o número 2 do artigo 58 da proposta de lei em forja, "é eleito presidente do conselho municipal o cabeça de lista do partido político, coligação de partidos políticos ou grupo de cidadãos eleitores, que obtiver a maioria de votos nas eleições para a assembleia autárquica".

Edson Macuácuca, presidente da

Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade (CACDHL), explicou, após ouvir o proponente do novo dispositivo e a Comissão Nacional de Eleições (CNE), que os partidos políticos, as coligações de formações políticas ou grupos de cidadãos quando concorrem "apresentam uma lista que tem um cabeça de lista e uma sequência de candidatos da mesma lista".

Nas quintas eleições autárquicas, agendadas para 10 de Outubro próximo, por exemplo, a lista obtiver a maioria de votos "validamente expressos", o seu cabeça de lista tornar-se-á presidente da autarquia para a qual se concorre.

Por via disso, "numa situação de impedimento permanente do edil da lista vencedora", o processo de sucessão obedecerá à sequência da precedência

continua Pag. 08 →



→ continuação Pag. 07 - Governador do banco central admite que taxas de juro elevadas são necessárias para equilíbrios macroeconómicos que Moçambique precisa

Reunido pela 3ª vez este ano o Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique (BM), “considerando que a perspectiva de inflação a curto prazo assim como a sua projecção de médio prazo continua a apontar para uma cifra ao redor de um dígito, e ponderando todos os riscos subjacentes o CPMO deliberou reduzir a taxa de juro de política monetária (a taxa MIMO) em 75 pontos base, para 15,75 por cento”, começou por anunciar Rogério Zandamela.

Em conferencia de imprensa, nesta segunda-feira (18), o Governador do BM assinou que com esta decisão as taxas de juro de política já reduziram mais de 600 pontos base em relação ao pico registado em Outubro de 2016.

“Adicionalmente, avaliamos também as outras taxas (de referência), e decidimos manter a taxa da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez (FPC) em 18 por cento, reduzir a taxa da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) em 50 pontos base para 12 por cento e manter os coeficientes de Reservas Obrigatórias em passivos em moeda nacional e em moeda estrangeira em 14 e 22 por cento, respectivamente”, acrescentou Zandamela.

Contudo é assinalável que esta redução da taxa MIMO foi de apenas metade dos cortes anteriores, que haviam sido de 150 pontos base, o que indicia que a crise continua para durar quiçá até depois das eleições Presidenciais do próximo ano como aliás deixou nas entrelinhas o Governado do banco central.

É que o Banco de Moçambique considerou como principais desafios a nível doméstico “as incertezas quanto ao rigor das medidas de consolidação fiscal necessárias para

mitigar o risco associado à sustentabilidade da dívida pública no contexto do ciclo eleitoral de 2018, que são as eleições municipais, e em 2019, as eleições presidenciais e dos governadores. O segundo desafio doméstico tem a ver com incerteza quanto à tendência dos preços dos combustíveis líquidos e outros bens e serviços administrados (tais como a água, energia, transporte semi-colectivo, portagem, taxa de lixo...)”.

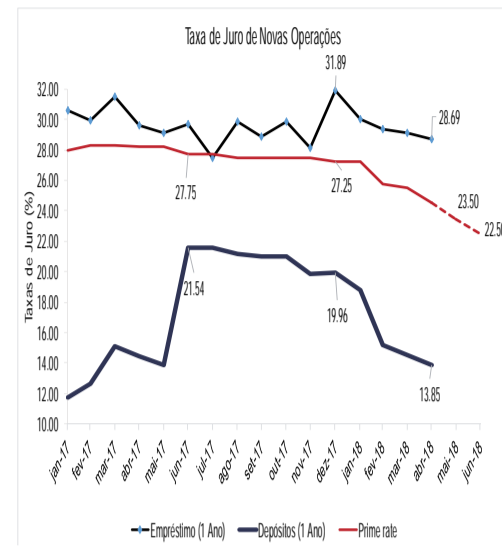
Questionado sobre os riscos eleitorais, Rogério Zandamela esclareceu que: “não é nada específico com Moçambique, em todos os países que passam por ciclos eleitorais, incluindo os Estados Unidos, tomar medidas num ciclo eleitoral é complicado (...) Cada vez que há um ciclo eleitoral os investidores sempre aguardam, não sabem quem é que vai ganhar as eleições, mesmo quando é do mesmo partido não quais vão ser as prioridades da nova equipa, há sempre uma redução dos investimentos, não é nada pouco usual, quem tem dinheiro em geral são conservadores e não brincam com o seu dinheiro, não o querem perder, não tendo clareza para onde as coisas vão andar aguardam para depois decidir”.

Taxas de juro elevadas “são necessárias para podermos ter o tipo de estabilidade e equilíbrios macroeconómicos que nós necessitamos”

Relativamente as taxas de juro que os bancos comerciais teimam em manter altas, quase que ignorando os sinais de menores restrições da política monetária, o Governador do banco central declarou que: “não é fácil porque não podemos reduzir taxas com medidas administrativas, como expliquei no passado uma parte da componente da taxa (de juro) tem a ver com o comportamento da taxa de política (monetária) mas também tem uma boa componente da

parte do mercado”.

Taxas de Juro à Retalho



“Na conjuntura actual as taxas continuam elevadas, até digo relativamente elevadas, são necessárias para podermos ter o tipo de estabilidade e equilíbrios macroeconómicos que nós necessitamos, a nossa esperança é que elas continuem a cair, isso é boa notícia. Algumas caíram como a Prime Rate, que caiu mais que as taxa sobre o crédito ao retalho”, disse.

Zandamela pediu: “É preciso ter paciência porque os resultados de medidas levam o seu tempo a dar resultados mas o sinal é bom, a direcção é correcta, a intensidade podia ser melhorada”.

De acordo com o Banco de Moçambique a taxa de juro média a retalho, com prazo de um ano, registou uma redução de 3,2 pontos percentuais, para 28,69 por cento em Abril 2018, comparativamente a Dezembro último.

→ continuação Pag. 07 - Governador do banco central admite que taxas de juro elevadas são necessárias para equilíbrios macroeconómicos que Moçambique precisa

dos membros da assembleia municipal. Ou seja, “é proclamado presidente o segundo posicionado na mesma lista que teve a maioria de votos pelo mesmo partido”.

De acordo com Edson Macuácu, este modelo de substituição, que respeita e segue a sequência do ordenamento dos candidatos eleitos nas listas, já é observado, por exemplo, “na sucessão dos deputados da Assembleia da República, das Assembleias Provinciais e das Assembleias Autárquicas”.

A mesma opção tem como vantagens, o facto de “evitar que haja arbitrariedades, insegurança e imprevisibilidade no funcionamento dos órgãos”, bem como contorna a realização das habituais eleições intercalares, o que tem acarretado custos elevados ao Estado.

Observados os critérios para a elegibilidade do edil, o partido político, as coligações de formações políticas ou grupos de cidadãos que obtiver a maioria de votos terá um “prazo de sete dias úteis para se pronunciar em torno do candidato melhor posicionado, dentro da sua lista de candidatura”, esclarece o Governo na proposta de lei em causa.

Em caso de silêncio relativamente a esse assunto, durante o tempo previsto, a substituição será feita através do “membro da assembleia municipal que se seguir ao cabeça de lista”.

Economic Briefing do Standard Bank: Moçambique a caminho de restaurar a estabilidade macroeconómica

O País continua a registar passos firmes para ultrapassar um conjunto de desafios no sentido de restaurar a estabilidade macroeconómica. Nalgumas áreas, o progresso foi notório, como no caso da melhoria da Balança de Pagamentos, a consequente estabilidade cambial e a descida da inflação que se observa desde 2017.

Texto: www.fimde semana.co.mz

Porém, este ajustamento tem um custo elevado, que se traduz num crescimento mais lento do Produto Interno Bruto (PIB), que desacelerou para 3,2% ano a ano no primeiro trimestre de 2018, de uma média de 7,3% ao ano entre 2000 e 2015.

Esta análise foi apresentada pelo economista chefe do Standard Bank, Fásio Mussá, no decurso do Economic Briefing, realizado, terça-feira, 19 de Junho, em Maputo, com o objectivo de apresentar as perspectivas económicas, para o segundo semestre deste ano e para o próximo ano, 2019.

No decurso da sua análise, o economista chefe destacou que dois factores caracterizam a actual conjuntura económica, nomeadamente riscos elevados do lado fiscal e perspectivas de crescimento lento da economia, até o arranque das exportações de GNL-Gás Natural Liquefeito dos projectos da Bacia do Rovuma, muito provavelmente em 2022-2023.

Fásio Mussá considerou que a ausência de tensão militar desde finais de 2016 e os passos significativos para o alcance de uma paz duradoura são os elementos que mais contribuíram para a melhoria das perspectivas económicas.

“Apesar destas melhorias, notamos que o Banco de Moçam-



bique reduziu o ritmo de corte da sua principal taxa de juro de referência, MIMO, de 150 pontos base nas reuniões do Comité de Política Monetária de Dezembro de 2017, Fevereiro e Abril de 2018 para 75 pontos base na reunião deste mês. Este comportamento muito provavelmente indica que os riscos fiscais permanecem elevados”.

Para o economista chefe do Standard Bank, com o alto nível das taxas de juro, a maior parte do crédito para a economia é canalizada para o sector público, quando num cenário em que as taxas de juro seriam mais baixas haveria apetência por parte do sector privado, para começar a financiar a sua actividade o que iria estimular a recuperação económica.

Num olhar para os próximos anos, Fásio Mussá sustentou que, antes da exploração do gás natural na Bacia do Rovuma, prevista para 2023,

as perspectivas são de que o PIB cresça a um ritmo muito abaixo dos níveis históricos, sendo que, em termos de PIB per capita, no ano passado, registou-se uma contracção: enquanto o PIB cresceu 3,7, o PIB per capita contraiu 5,3 por cento.

“Entretanto, a nossa análise indica que o País continua a dar passos firmes para a recuperação da economia. Mas a manutenção da estabilidade macroeconómica requer uma aceleração das reformas estruturais, nomeadamente no sistema judiciário, ambiente de negócios, sector bancário e financeiro, fiscal e nas empresas públicas”, referiu Fásio Mussá.

De acordo com o economista chefe, reflecte, também, “o crescimento do sector exportador, particularmente o mineiro, incluindo algumas empresas que têm conseguido manter um nível considerável de negócios, investindo capitais próprios”.

Mundo

Terremoto de magnitude 6,1 atinge região japonesa de Osaka e deixa 3 mortos

Um terremoto de magnitude 6,1 atingiu Osaka, a segunda maior metrópole do Japão, na manhã desta segunda-feira, e deixou três mortos, além de interromper linhas de produção em uma área industrial e estourar aquedutos, informaram autoridades do governo e empresariais.

Texto: Agências

Nenhum alerta de tsunami foi emitido. O primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, disse que autoridades estavam avaliando os danos e que sua maior prioridade era a segurança dos moradores. Cerca de 150 pessoas ficaram feridas, segundo a emissora NHK.

Imagens ao vivo mostraram paredes destruídas, janelas quebradas e aquedutos jorrando água depois que o tremor atingiu Osaka, que irá receber uma cimeira dos G20 no próximo ano, pouco antes das 8h no horário local.

O epicentro do terremoto desta segunda-feira foi ao norte da cidade de Osaka a um profundidade de 13 km, segundo a Agência Meteorológica do Japão.

Tiroteio na Suécia provoca quatro feridos e um morto

Um homem disparou uma arma automática sobre um grupo de pessoas em Malmo, na Suécia, nesta segunda-feira. O ataque provocou pelo menos um morto e quatro feridos, três deles com gravidade, conta o jornal sueco Aftonbladet.

Texto: Público de Portugal

Todos os feridos foram transportados para o hospital, onde acabaria por morrer um rapaz de 18 anos, atingido pelos disparos.

De acordo com um jornalista no local, o homem disparou a arma contra uma multidão de adeptos que festejava a vitória da equipa sueca, que derrotou a Coreia do Sul, por 1-0, no Mundial de futebol. A zona do ataque foi isolada pelas autoridades que garantem, no entanto, não existir razão para alarme.

A polícia sueca afasta que o ataque tenha tido motivações terroristas e continua ainda à procura do autor dos disparos. As autoridades acreditam que o ataque esteja relacionado com lutas de gangues.

Apreciação do pacote eleitoral em sessão extraordinária do Parlamento adiada sine die

O Parlamento moçambicano adiou, para uma data a anunciar, a terceira sessão extraordinária que teria lugar entre esta quinta e sexta-feira (22), com vista a apreciar e aprovar o novo pacote eleitoral, na sequência da revisão pontual da Constituição da República, a 24 de Maio passado.

Texto: Redacção

Esta quinta-feira (21), o plenário devia apreciar na generalidade as propostas de alteração das leis no. 2/97, de 18 de Fevereiro, que estabelece o Quadro Jurídico para a Implementação das Autarquias Locais, e nº 7/97, de 31 de Maio, que estabelece o Regime Jurídico da Tutela Administrativa do Estado a que estão Sujeitas as Autarquias Locais.

Na sexta-feira (22), a sessão estaria reservada à apreciação na especialidade das duas normas e encerramento.

Os dois documentos acomodam o pacote de descentralização acordado entre o Presidente da República, Filipe Nyusi, e o falecido líder da Renamo, Afonso Dhlakama, no âmbito dos esforços de busca da almejada paz efectiva.

O primeiro vice-presidente da Assembleia da República, António José Amélia, disse concretamente a que se deve o adiamento. Segundo ele, deve-se a aspectos de organização interna.

Se tens alguma denúncia ou queres contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com

Governador do Banco de Moçambique revela existência de Dívida Pública Interna oculta



O Governador do Banco de Moçambique (BM) revelou a existência de Dívida Pública Interna oculta, fora do controle da instituição que dirige: "Temos uma Dívida Interna com uns factores que não estão incluídos, mas ainda há um trabalho que está sendo feito pelo Governo para apurar (...) é quase um trabalho de detective em certa forma". Investigações do @Verdade apuraram que somente seis das 107 empresas Públicas e participadas pelo Estado possuíam, em 2016, dívidas de mais de 156,9 biliões de meticais, que é mais do que o dobro da Dívida Pública Interna que o banco central monitora cifrada em 105,5 biliões de meticais.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Banco Moçambique continua Pag. 10 →

Assembleia municipal terá prerrogativa para demitir o presidente do município

A proposta de alteração da lei que estabelece o quadro jurídico para a implementação das autarquias locais (Lei nº. 2/97, de 18 de Fevereiro) alargará as competências da assembleia municipal. Esta terá o privilégio de "demitir o presidente do conselho municipal", observando as condições impostas pela mesma norma para o efeito. Outrossim, os vereadores permanentes já não poderão ser simultaneamente membros da assembleia municipal.

Texto: Emildo Sambo

Segundo a actual legislação, o presidente do conselho municipal e os membros da assembleia municipal são eleitos por sufrágio universal, directo, igual, secreto e pessoal (...).

Por via disso, o edil, sendo eleito, ninguém o demite. Ele e o conselho municipal são órgãos executivos, enquanto a assembleia municipal é um órgão deliberativo.

Na proposta de revisão submetida ao crivo do Parlamento, a prerrogativa de aquele órgão deliberativo exonerar o presidente do município está prevista na alínea "m" (é um acréscimo) do número 2, do artigo 45 (competências).

O proponente da norma, já trabalhada pelas comissões de especialidade da Assembleia da República (AR) e que esta quinta-feira (21) será aprecia-

da e aprovada, não só fez o referido acréscimo, como também reformulou a alínea "s" do número 3, que diz respeito à toponímia.

Na lei em vigor, compete à assembleia municipal "estabelecer o nome de ruas, praças, localidades e lugares no território da autarquia local".

Nos termos da alínea "t", ainda do número 3, do artigo 45, em caso de mudança de nomes de ruas, praças, localidades e lugares de território da autarquia local, a assembleia municipal deve "propor à entidade competente".

Na futura lei, o proponente determinou e clarificou que a "atribuição e alteração" do nome de ruas, praças, localidades e lugares do território da autarquia local continuará a ser da competência da

assembleia municipal, mas, para o efeito, deverá "propor ao Conselho de Ministros", após ouvir o conselho municipal.

A proposta de criação da toponímia passará pelo pente-fino do Conselho de Ministros para evitar arbitrariedades.

Recorde-se que, em 2016, no município da Beira, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), que gere a autarquia, e a Frelimo, entraram em discórdia em relação à reformulação de centenas de nomes de avenidas e ruas.

Ainda sobre a toponímia, a alínea "q" do artigo 56 (competência do conselho municipal) apresenta uma nova redacção: a edilidade pode estabelecer a numeração de edifícios, a par do que acontece na lei em vigente, mas em

continua Pag. 10 →



Diga-nos quem é o **XICONHOCA** da semana

Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 09 - Governador do Banco de Moçambique revela existência de Dívida Pública Interna oculta

Após a reunião do Comité de Política Monetária (CMPO) da passada segunda-feira (18) o homem forte do banco central actualizou a jornalistas sobre os principais indicadores macroeconómicos da economia moçambicana, dentre eles Rogério Zandamela destacou que: “Quanto ao endividamento Público não temos boas notícias, aumentou quase 10 biliões de meticais desde o início do ano, no último dia de Maio está praticamente nos 105,5 biliões de meticais, que é equivalente a um pouco mais de 12 por cento do PIB”.

O @Verdade tem revelado que a Dívida Pública Interna aumentou mais de 100 mil por cento desde que Filipe Nyusi tornou-se Chefe de Estado, particularmente como fonte de financiamento do deficitário Orçamento do Estado desde que o Fundo Monetário Internacional descobriu as dívidas ilegais da Proindicus e da MAM e os Parceiros de Cooperação suspenderam o apoio financeiro.

Salientar que os principais investidores da Dívida Pública Interna são os bancos comerciais e que graças sua indexação às elevadas taxas de juro que praticam desde que a crise económica despoletou têm obtido lucros bilionários inéditos. Só em 2017 os três principais bancos comerciais (Banco Comercial e de Investimentos, Millenium Bim e Standard Bank) ganharam 28,8 biliões de meticais, fundamentalmente pelos rendimentos das suas carteiras de títulos do Tesouro moçambicano.

→ continuação Pag. 09 - Assembleia municipal terá prerrogativa para demitir o presidente do município

relação à toponímia apenas faz propostas (à assembleia municipal).

As restantes disposições incorporadas nas cláusulas 45 e 56 em análise mantêm-se inalteráveis.

Vereadores permanentes não podem ser membros da assembleia municipal

O presidente do município, continuará a escolher os seus vereadores, dentro ou fora da assembleia municipal, de acordo com o número 1 do artigo 51, da actual Lei nº. 2/97, de 18 de Fevereiro.

O número 4 da mesma cláusula impõe que os vereadores em regime de permanência podem acumular essa qualidade com a de membro da assembleia municipal, ou suspender o seu mandato (...), sem sujeição ao limite previsto no número 4 do artigo 98 (fundamento da perda de mandato e dissolução dos órgãos).

Contudo, o Governo propôs ao Parlamento que os vereadores em regime de permanência, que sejam membros da assembleia municipal suspendam os seus mandatos (...).



Endividamento Interno do Estado na Forma de BT, OT e Adiantamentos do BM (em milhões de MT)

	Utilização de BT	Obrigações do Tesouro	No BM	Dívida Total	Dívida em % do PIB
Dez – 2017	21 634	39 566	34 382	95 582	11.9%
Jan – 2018	21 634	39 566	40 582	101 782	11.6%
Fev – 2018	21 634	39 565	40 582	101 781	11.6%
Mar – 2018	21 634	42 678	40 582	104 894	12.0%
Abr – 2018	21 634	42 413	40 582	104 629	12.0%
Mai – 2018	21 339	43 636	40 582	105 557*	12.1%
Fluxo Acum.	-295	4 070	6 200	9 975	

* Não inclui outras dívidas internas do Estado, tais como contratos mútuos, contratos de locação financeira e responsabilidades em mora.

Fonte: BM/MEF

Ministério da Economia e Finanças ainda está a contabilizar o total das Dívidas internas ocultas

Entretanto Zandamela destacou que: “esta Dívida Interna não inclui tudo que é dívidas internas, há certas componentes da dívida interna que ainda não estão lá, tem a ver com contratos de certos bens, contratos com os servidores e também atrasos de algumas dívidas, então o número real é relativamente superior porque aqui só capta a dívida em função de títulos, Obrigações e Bilhetes do Tesouro e adiantamentos do Banco de Moçambique”.

Rogério Zandamela referiu que não estão contabilizadas as dívidas do Estado assumidas através de contratos mútuos, contratos de locação

financeira, responsabilidades em mora e até com servidores públicos, como são os casos dos professores.

Instado a aprofundar os detalhes dessa dívida oculta o Governador do BM explicou que: “Temos uma Dívida Interna com uns factores que não estão incluídos mas ainda há um trabalho que está sendo feito pelo Governo para apurar o nível dessas dívidas com os fornecedores, a particulares e outros, neste momento nós não temos ainda os números”.

Dívida Pública Interna oculta poderá ser de mais de 200 biliões de meticais

O @Verdade apurou, nas contas até 2016 de seis das 107 empresas Públicas e par-

ticipadas pelo Estado, dívidas a bancos e fornecedores que ascendiam a 156,9 biliões de meticais.

Adicionalmente, o Tribunal Administrativo revelou no seu Relatório sobre a Conta Geral do Estado de 2016 outras dívidas internas que totalizavam 19,7 biliões de meticais, relativas Leasing de edifícios Públicos e a compensações às gasoleiras assim como Imposto sobre Valor Acrescentado que o Estado tem a reembolsar ao sector privado.

O @Verdade apurou ainda que o Estado deve ao sector privado cerca de 29 biliões de meticais de bens e serviços fornecidos e outros 200 milhões tem a pagar aos professores por horas extras e salários pendentes

desde 2013.

Contas feitas pelo @Verdade indicam que essa Dívida Pública Interna oculta poderá ser mais do que o dobro da Dívida Pública Interna relativa a Títulos de Tesouro e Adiantamentos do BM o que a confirmar-se poderá duplicar o actual stock de 12,1 por cento em relação ao Produto Interno Bruto.

“Está fora do nosso controle essa parte, mas certamente há um trabalho porque é uma dívida que vai ser paga, o Governo quer pagar mas primeiro quer saber se é válida ou não. Tem que apurar a existência, a validade da dívida, porque algumas dessas dívidas são questionáveis também. Não é só olhar para os papéis dos contratos e dizer que há dívida, é quase um trabalho de detective em certa forma”, declarou Rogério Zandamela indicando que o Ministério das Finanças estará a fazer o levantamento dessas dívidas ocultas que fez questão de enfatizar a instituição que dirige não tem os valores, “e acho que nem eles têm porque continuam a trabalhar, se tivessem já teriam compartilhado conosco”.

O @Verdade tentou ouvir o Ministério da Economia e Finanças mas um pedido de informação por escrito não foi respondido e contactos telefónicos da assessoria de imprensa não foram atendidos.

Al Shabaab ataca berço da Luta Armada onde mata mais cinco civis

O Al Shabaab, alegadamente “fragilizado” de acordo com as autoridades, atacou nesta terça-feira (19) mais uma aldeia na província de Cabo Delgado, desta vez situada no berço da Luta Armada de Libertação de Moçambique, onde assassinou mais cinco civis, elevando para 46 o número de vítimas mortais em menos de um mês de terror.

Texto: Adérito Caldeira

Homens armados com catanas e arma de fogo, que são apelidados pela população locais por Al Shabaab embora não tenham ligações conhecidas ao grupo homónimo da Somália, atacaram a remota aldeia de Litandacia, no posto Administrativo de Chai, no distrito de Macomia, de acordo com o jornal Mediafax onde além das vítimas mortais incendiaram pelo menos 40 residências e saquearam bens.

Estas vítimas recentes somam-se a outras duas assassinadas no domingo (17) na aldeia de Nkoe, também no distrito de Macomia, ao que tudo indica pelo mesmo movimento que espalha o terror desde Outubro de 2017 pela província de Cabo Delgado, rica em recursos minerais que académicos acreditam ser a motivação principal dos atacantes.

O objectivo do Al Shabaab moçambicano “é criar uma situação de instabilidade na Região para permitir o negócio ilícito (de madeira, rubis, marfim) no qual as suas lideranças estão envolvidas. O outro, é a partir desses negó-

cios ilícitos alimentar outras redes que eles têm ligação, por exemplo os comandos das milícias no Congo, na Somália, no Quênia e na Tanzânia”, revela um estudo de académicos moçambicanos.

Esta semana a organização internacional Human Rights Watch apelou em comunicado às autoridades moçambicanas para que apoiem as pessoas deslocadas pela vaga de ataques que se sucedem desde 27 de Maio e que já causaram pelo menos 46 mortos civis e milhares de deslocados no Norte de Moçambique.

A Human Rights Watch recomendou que “as forças de segurança mobilizadas contra grupos armados” devem tratar “todos sob a sua custódia com humanidade”.

Ainda esta semana o Governador do Banco de Moçambique disse que este movimento terrorista não constitui um risco para a economia moçambicana, “Neste momento na base da informação que temos classificamos como insignificante”, afirmou Rogério Zandamela.



Incêndio mata quatro crianças em Inhambane

Um incêndio de grande proporções deflagrou numa residência e causou a morte de quatro crianças da mesma família, na noite de quarta-feira (20), na cidade de Inhambane, confirmou ao @Verdade, lamentando, o Serviço Nacional de Salvação de Pública (SENSAP).

Texto: Emildo Sambo

A tragédia aconteceu no bairro de Marrombone, por volta das 22h00. As vítimas, das quais três irmãos, morreram carbonizadas e implorando pelo socorro, enquanto os vizinhos viam-se e desejavam-se para prestar auxílio, mas a intensidade das chamas era um verdadeiro embaraço.

Uma delas tinha oito anos, outra nove anos, a terceira 11 anos e a quarta, do sexo feminino, 17 anos, disse-nos Edida Feliciano Zandamela, porta-voz daquele corpo especializado em extinção de incêndios e apoio a acidentes.

Segundo ela, não se sabe ao certo qual era o grau de parentesco entre a menina mais velha e os três irmãos.

Todavia, presume-se que ela "era irmã da mãe das três crianças ou prima delas" e encontrava-se na casa para fazer companhia aos miúdos, uma vez que os progenitores estão na República da África do Sul.

O incêndio, resultante de uma vela que causou a explosão de um gerador a gasolina, que era habitualmente usado pela família para o fornecimento de energia eléctrica, deflagrou quando os malogrados estavam a dormir, explicou Edida Zandamela.

Acredita-se que a vela tenha queimado até ao limite e, por conseguinte, as chamas atingiram o gerador a ponto de se incendiar, matar e reduzir a cinzas a habitação erguida com base em material precário.

Refira-se que um outro incêndio de grandes proporções destruiu por completo duas estâncias turísticas apetrechadas, na manhã de terça-feira (19), na cidade de Inhambane.

O incidente, que segundo as autoridades resultou de um curto-circuito, deu-se na Praia da Barra. Felizmente, não houve vítimas humanas.

Poucos benefícios da Sasol em Inhambane devem-se a incapacidade "de controle por nossa parte do gás que sai de Moçambique"



Questionado sobre a escassez de benefícios da Sasol para os cidadãos de Inhambane, decorridas quase duas décadas desde que começou a explorar de gás natural em Pande e Temane, o Presidente Filipe Nyusi assegurou aos seus patrões que "é um assunto que está a ser tratado e achamos que vamos ter uma saída, porque a exploração de riquezas deve beneficiar os moçambicanos". Porém Lourenço Sambo, o responsável pela angariação de investimentos para Moçambique, esclareceu ao @Verdade que o problema com a petrolífera sul-africana não está relacionado com eventuais benefícios fiscais mas antes com a falta de "capacidade de controle por nossa parte do gás que sai de Moçambique".

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Autoridade Tributária continua Pag. 12 →

Acidentes de viação causa 26 óbitos nas estradas moçambicanas

As estradas moçambicanas permanecem corredores de morte. Na semana passada, os acidentes de viação causaram 26 mortos e 70 feridos, dos quais 37 com gravidade, nas estradas moçambicanas, disse o Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM).

Texto: Emildo Sambo

Segundo aquela instituição do Estado, foram registados no total 35 acidentes, nove a mais comparativamente a igual período do ano anterior. Quer o número de óbitos, quer o número de gente que contraiu lesões, aumentou.

Partes destes acidentes resultam do desrespeito, por vezes deliberado, das mais elementares regras de trânsito.

Dos 35 acidentes, 25 resultaram do excesso de velocidade, cinco da má travessia de peões e dois da condução sob o efeito de álcool.

Aliás, durante a fiscalização, a Polícia de Trânsito (PT) confiscou pelo menos 407 cartas supostamente porque os seus titulares se faziam ao volante bêbados, além de 95 livretes apreendidos.

As autoridades policiais in-

dicaram ainda que, dos 35 sinistros, 12 foram do tipo atropelamentos carro/peão, 11 choques entre carros, 10 despistes e capotamento, entre outros.

Sabe-se onde, a que horas e por que razão, por exemplo, a sinistralidade rodoviária provoca tamanha carnificina no país, como em qualquer outra parte do mundo. Contudo, faltam freios ao mal que tem sido o mote de vários encontros e debates com vista à elaboração de uma política de Segurança Rodoviária.

A instituição que tem como função garantir a segurança e a ordem públicas e combater infracções à lei recolheu igualmente 14 condutores aos calabouços, por alegada tentativas de suborno aos membros da PT, com montantes que variam 100 a

1.300 meticais.

Foram detidos 903 indivíduos por violação de fronteiras, sendo 537 moçambicanos, 202 malawianos, 58 tanzanianos, 77 zimbabwuanos e 29 zambianos.

Recorde-se que a Procuradora-Geral da República (PGR), Beatriz Buchili, disse ao Parlamento, em Abril último, que, em 2017, "foram instaurados 2.966 processos-crime, dos quais 1.122 por homicídio voluntário, 1.262 por ofensas corporais involuntários, 105 por abandono de sinistrados e 477 por danos involuntários", devido ao acidentes de viação.

Dos 3.051 processos despachados pela entidade guardiã da legalidade, 2.756 correspondem à acusação, 295 à abstenção e 382 estão em instrução preparatória.

Frelimo ditou adiamento da sessão extraordinária do Parlamento que iria apreciar o pacote eleitoral

O partido Frelimo ditou o adiamento "sine die" da terceira sessão extraordinária da Assembleia da República (AR), que deveria apreciar e aprovar o novo pacote eleitoral na sequência da revisão pontual da Constituição da República, até que seja acordada com o partido Renamo a desmilitarização e integração dos seus homens armados.

Texto: Redacção

A sessão extraordinária agendada para quinta-feira (21) e sexta-feira (22) para acomodar o pacote de descentralização acordado entre o Presidente da República, Filipe Nyusi, e o falecido líder da Renamo, Afonso Dhlakama, no âmbito dos esforços de busca da almejada paz efectiva, e que deu lugar a revisão pontual da Constituição da República foi oficialmente adiada devido a aspectos de organização interna.

No entanto o porta-voz da Comissão Permanente da AR, José Amélia, explicou a jornalistas que "a bancada da Frelimo, partido no poder em Moçambique, submeteu um pedido para o adiamento da sessão extraordinária devido a falta de progressos no diálogo com a Renamo sobre as questões militares" e deixou claro que até as eleições marcadas para 10 de Outubro os homens armados do partido Renamo devem estar desmilitarizados.

José Amélia explicou que devido a falta de uma aproximação de posições que possam resultar na viabilização da sessão extraordinária, a Comissão Permanente deliberou adiar a sessão que iria apreciar as propostas de alteração das leis que estabelecem o Quadro Jurídico para a Implementação das Autarquias Locais e o Regime Jurídico da Tutela Administrativa do Estado a que estão Sujeitas as Autarquias Locais.

"A sessão extraordinária só será marcada quando se verificarem avanços nessas questões que preocupam os moçambicanos", enfatizou o porta-voz da Comissão Permanente da AR.

Este adiamento poderá condicionar a realização das eleições Autárquicas deste ano data marcada tendo em conta o calendário de implementação dos aspectos práticos da legislação a ser revista e que a partida já estava apertada.

→ continuação Pag. 11 - Poucos benefícios da Sasol em Inhambane devem-se a incapacidade "de controle por nossa parte do gás que sai de Moçambique"

No passado dia 14 os cidadãos do distrito de Govuro, na província de Inhambane, queixaram-se ao Presidente da República que a multinacional que explora gás natural desde o ano 2000 não faz "nenhum investimento visível que beneficie directamente a população".

Na verdade foi a renovação de uma demanda que é corroborada pelas estatísticas oficiais que indicam que durante estes 18 anos poucos manhambanas deixaram de ser camponeses e embora a multinacional sul-africana tenha investido só na fase inicial de 1,2 bilião de dólares norte-americanos a indústria extractiva e minas registou um pequeno aumento de trabalhadores na província, passou de 0,2%, em 2008/2009, para 0,8, em 2014/2015 de acordo com Inquérito ao Orçamento Familiar.

Sem trabalho e com poucas fontes alternativas de rendimentos significativos os manhambanas continuam a viver em casas de

construção precária à mercê das calamidades naturais que cada vez mais se fazem sentir em Moçambique: 64,9% vive em habitações com paredes de caniço ou paus maticados, 39,5% delas cobertas por capim e 56,6% cobertas com zinco, o saneamento existente é de latrinas não me-



horadas em 53,1% dos agregados e 23,2% nem sequer têm latrina. Apenas 14,9% dos agregados familiares em Inhambane têm acesso a energia eléctrica.

O drama é agravado pelo dificuldade em ter acesso à água potável canalizada, que é um privilégio de 15,7 por centos dos habitantes da província de Inhambane enquanto 35,4% obtém-a em poços, 26,8% usa poços protegidos ou furos com bombas manuais.

Nós não tínhamos mercados e quando fizemos a concessão de Pande e Temane precisávamos de mostrar que era possível fazer negócio"

Em evidente pré-campanha eleitoral o Chefe de Estado tranquilizou os seus "patrões", "achamos que tem toda a razão sobre o aproveitamento dos recursos extraídos pela Sasol, (...) é um assunto que está a ser tratado e achamos que vamos ter uma saída, porque a exploração de riquezas deve beneficiar os moçambicanos".

No entanto o @Verdade questionou a um dos obreiros da entrada da Sasol no nosso país, Lourenço Sambo, actual director geral da Agência para a

Promoção de Investimento e Exportações (APIEX) antes responsável pelo Centro de Promoção de Investimentos, se a pouca contribuição da petrolífera sul-africana para a província não estaria relacionada aos benefícios fiscais que obteve desde a sua implantação?

"Uma coisa são os incentivos e outra coisa é a forma como nós negociamos os projectos isso é que tem de ser dito. A Sasol nasce justamente para a utilização daqueles poços que sempre estiveram em Pande e em Temane e nunca foram usados, e era preciso encontrar os mercados", começou a declarar Sambo.

O responsável da APIEX aclarou que: "Quem diz Sasol fala de gás mas também se pode falar de energia, é um problema de mercado. Nós não tínhamos mercados e quando fizemos a concessão de Pande e Temane precisávamos de mostrar que era possível fazer negócio".

"Não é verdade que a Sasol ainda está a gozar dos 10 anos (de incentivos), já passaram, o problema da Sasol é outro", afirmou Lourenço Sambo que indicou que o problema "é a capacidade de controle por nossa parte do gás que sai de Moçambique".

"Não temos a capacidade de transformar os recursos naturais, o mesmo dilema vai acontecer na bacia do Rovuma"

Na perspectiva de Sambo "é o impacto e o efeito da Sasol na

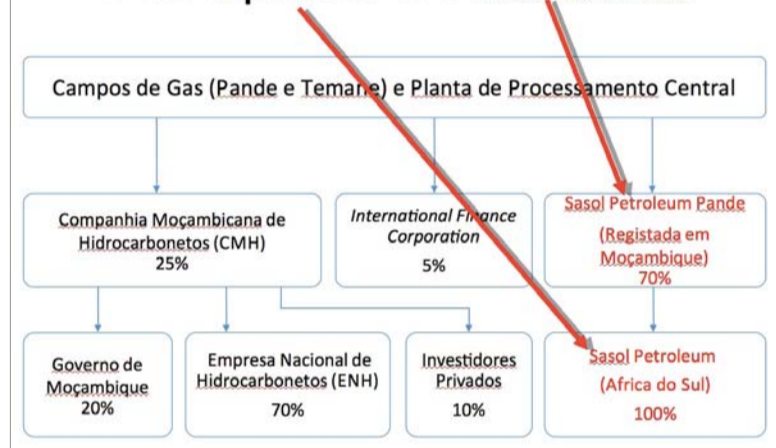
própria economia local é isso que não se está a ver, justamente porque ele foi estruturado numa negociação de colocar um pipeline entre os dois países, para desenvolver Secunda, isso é que tem de ser dito. Nós é que ainda não temos uma capacidade de industrialização, não temos a capacidade de transformar os recursos naturais, o mesmo dilema vai acontecer na bacia do Rovuma porque nós não temos capacidade".

"O mesmo dilema tivemos com a Mozal, só hoje é que estamos a utilizar um pouco do alumínio da Mozal, houve um momento em que dissemos vamos exportar. Então é um problema de negociação, é um problema do país e aí concordo perfeitamente que temos de mudar de paradigma", concluiu o director geral da APIEX.

Esta posição de Lourenço Sambo de certa forma confirmam um estudo do Centro de Integridade Pública que constatou que existe uma fórmula abusiva de fixação do preço do gás natural que é extraído pela Sasol Petroleum Pande que o vende à Sasol na África do Sul, sua empresa mãe, a um preço muito abaixo dos preços de referência nos mercados mundiais.

O @Verdade contactou o Instituto Nacional de Petróleo, que é o regulador do sector, a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, que é a representante do Estado nas explorações de Pande e Temane, e a própria Sasol mas nenhuma das entidades respondeu aos pedidos de informação.

O Comprador e o Vendedor



Autárquicas 2018: MDM inscreve-se para o próximo escrutínio

O Movimento Democrático de Moçambique (MDM), que na última eleição intercalar perdeu o município de Nampula para a Renamo, formalizou, na quinta-feira (21), na Comissão Nacional de Eleições (CNE), em Maputo, a intenção de correr nas eleições autárquicas de 10 de Outubro próximo.

Texto: Emildo Sambo

O partido governa só três das 53 autarquias locais existentes no país, nomeadamente Beira, Quelimane e Gúruê.

José de Sousa, mandatário daquela formação política, que aparentemente está a ser abalada por uma crise caracterizada pela dissidência de alguns membros, disse que espera vencer, mas admite que pode haver infortúnio.

Os três partidos parlamentares (Frelimo, Renamo e MDM) já estão inscritos para o processo eleitoral que se avizinha. Neste momento, verifica-se a "dança" dos cabeças de lista, tendo o partido do "galo" indicado os seus, excepto na capital Maputo.

Na Beira, em Quelimane e no Gúruê, bem como noutros municípios onde o MDM não venceu nas autárquicas de 2013, vai apostar nos mesmos candidatas, por entender que têm aceitação local e granjeiam simpatia.

Acidente de viação mata e fere com gravidade em Gondola

Pelo menos quatro pessoas perderam a vida e outras 15 ficaram feridas, 11 das quais com gravidade, após um sinistro rodoviário ocorrido na quarta-feira (20), no distrito de Gondola, província de Manica.

Texto: Redacção

O acidente, envolvendo um transporte interprovincial de passageiros, que partiu da capitam moçambicana para a cidade da Beira, aconteceu por volta das 19h00, na localidade de Muda Serração, posto administrativo de Inchope, segundo Leonardo Colher, porta-voz da Polícia da República de Moçambique (PRM) naquela parcela do país.

Três vítimas morreram no local e a quarta a caminho do Hospital Provincial de Chimoio (HPC), para onde foram socorridos os sobreviventes.

A viatura na qual as vítimas viajavam embateu violentamente

contra um camião de grande tonelagem, que transportava toros de madeira e estacionado na berma da estrada, na sequência do encadeamento por um outro carro.

O excesso de velocidade por parte do transporte de passageiros que fazia o trajecto Maputo/Beira é considerado uma das causas do sinistro.

Para a Polícia, o condutor do camião também não observou as regras de trânsito, porque ao se aperceber de que a viatura tinha problemas mecânicos devia ter sinalizado para evitar situações similares a que aconteceu.

Perfazendo agora 20: Mais quatro instituições de ensino superior juntam-se ao programa Agro-Jovem

O programa Agro-Jovem, uma iniciativa da Gapi-Sociedade de Investimentos, conta, este ano, com mais quatro parceiros, perfazendo, deste modo, 20 instituições de ensino superior ou técnico-profissional em todo País, que implementam o projecto que visa apoiá-las a estimular o surgimento de uma geração de jovens empresários nas cadeias de valor do agro-negócio.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Os quatro novos parceiros do programa, cuja expansão tem por objectivo aumentar a abrangência do processo de promoção de uma nova classe de jovens empresários ligados ao agro-negócio e segurança alimentar, são a Universidade Pedagógica, em Lichinga, na província de Niassa, o Instituto Agrário Bilibiza, em Quissanga, na província de Cabo Delgado, a Universidade Pedagógica, em Massingao, província de Inhambane, e a Escola Superior de Negócios e Empreendedorismo, em Chibuto, na província de Gaza.

Os novos parceiros foram seleccionados por uma comissão de avaliação da Gapi, com base em requisitos e critérios previamente anunciados, dentre os quais se destacam a formação técnica relevante para o programa, a experiência e a abrangência.

Desde 2016 que a Gapi desenvolve

o programa Agro-Jovem, envolvendo 16 parceiros de implementação, tendo até à data financiado cerca de 50 projectos com um valor total de 30 milhões de meticals.

As empresas resultantes das iniciativas empreendedoras de jovens técnicos formados pelas escolas e universidades geraram mais de 200 postos de trabalho para outros jovens.

Com a expansão do programa, em 2017, e a inclusão de novas estratégias, como a introdução de mentores e a realização de roadshows informativos, a Gapi, com o apoio financeiro da DANIDA (Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento), tem estado a facilitar o acesso ao financiamento de projectos a jovens finalistas ou recém-graduados, dando assistência técnica e acompanhando os processos de elaboração dos projectos junto dos parceiros.

Investimentos privados nacionais e estrangeiros ascenderam a 40 bilhões de dólares, grande parte investido em Nampula

Nampula foi a província que mais investimento directo recebeu entre 2006 e 2015, revelou Lourenço Sambo, director geral da Agência para a Promoção de Investimento e Exportações (APIEX), que indicou que a agricultura e o agro-negócio foi o segundo sector que mais dinheiro recebeu dos 40 bilhões de dólares norte-americanos de investidores nacionais e estrangeiros que criaram mais 314 mil empregos em Moçambique. Entretanto o desafio actual é inverter a queda de investimentos que acontece desde 2014.

Texto: Adérito Caldeira - Foto: Autoridade Tributária

Durante uma palestra subordinada ao tema: Benefícios Fiscais no "Âmbito do Investimento Directo Estrangeiro e Nacional", que pro-

te foi para o sector da energia, que engloba a produção mineira, no entanto Sambo indicou que "cerca de 22 por cento foi inves-

longo de quase uma década no nosso país geraram, de acordo com a Agência para a Promoção de Investimento e Exportações, 314.637 empregos.



Entretanto Lourenço Sambo, que defende que os benefícios fiscais e incentivos que são dados aos investidores são uma das ferramentas para os trazer a Moçambique, declarou em entrevista ao @Verdade que o desafio actual, face a redução dos investimentos que está acontecer desde 2014, "é efectivamente inverter a pirâmide, o foco não pode ser o gás ou o carvão tem que ser a agricultura, têm que ser as infra-estruturas, tem que ser olhar para aquilo que pode fazer a diferença, por exemplo a energia, nós temos um potencial enorme".

feriu na Autoridade Tributária de Moçambique, Lourenço Sambo desmistificou a percepção que Maputo e Tete são as províncias que têm recebido mais investimentos no nosso país.

tido na agricultura e cerca de 13 por cento foi para a indústria".

Os 3.185 projectos de investimento que aconteceram ao

"Nós temos uma estratégia para promover o investimento privado em Moçambique, durou 3 anos e agora estamos a fazer

"Nampula nos últimos dez anos está em cima por causa da zona económica especial, depois também temos Tete estão lá as minas de carvão" revelou o director da APIEX precisando que dos 40,8 bilhões de dólares norte-americanos de investimentos 10,8 bilhões ficaram na chamada capital Norte, seguida por Tete com 7,3 bilhões. No entanto a cidade e província de Maputo juntas receberam 10,3 bilhões de dólares de investimentos entre 2006 e 2015.

Desse investimento grande par-

EVOLUÇÃO ANUAL DE Nº DE PROJECTOS, IDE, IDN, EMPREGO E INVEST. TOTAL POR SECTORES NOS ÚLTIMOS 10 ANOS (US\$ MILHÕES)

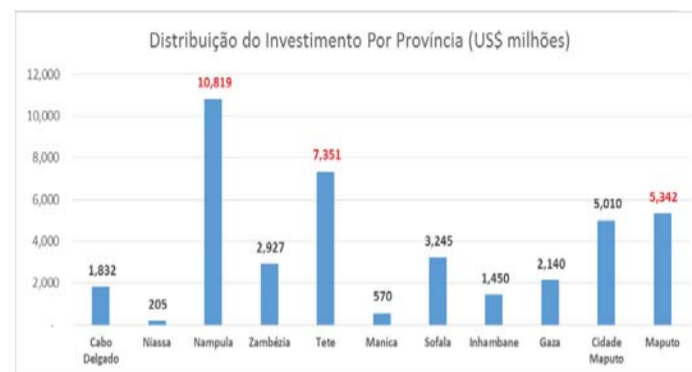
Sector	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Nº de Projectos	157	194	195	250	263	272	378	563	518	395	3,185
Emprego	19,372	27,469	20,495	26,758	31,359	39,349	32,206	38,956	46,980	31,693	314,637
Inv. Dir. Estrangeiro	164	5,699	366	1,777	661	1,204	2,143	1,578	2,584	1,011	17,185
Inv. Dir. Nacional	113	56	47	270	765	238	589	602	2,308	427	5,415
Investimento Total	850	8,072	1,080	5,749	3,280	3,091	4,816	4,598	7,466	1,889	40,891

INVESTIMENTO APROVADO POR SECTORES NOS ÚLTIMOS 10 ANOS (2006 A 2015) US\$ Milhões

Sector	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Agric./Agro-Indústrias	151	581	485	4,916	432	787	236	878.3	660.2	102	9,229
Aquac. e Pescas	8	13	1	30	6	8	1	3	514		585
Banca/Seguradoras	3	2	13	20	75	69	129		6	11	329
Construção	5	19	43	77	39	609	843	376	277	310	2,599
Energia	26	6,582		4	1,900	157	254		3,239		12,162
Indústria	33	402	216	192	300	589	461	1,793	512	714	5,212
Transp. e Comunicações	166	71	92	78	48	515	1,235	590	684	77	3,557
Turismo e Hotelaria	407	272	191	264	138	95	368	414	623	185	2,957
Serviços	49	129	40	168	341	261	1,288	544	950	491	4,261
Total	850	8,072	1,080	5,749	3,280	3,091	4,816	4,598	7,466	1,889	40,891

Fonte: CPI e GAZEDA
N.B. Do ano 2006 a 2009 não estão incluídos os dados do GAZEDA

DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO ACUMULADO APROVADO POR PROVÍNCIAS



outra que tem cinco pilares e um deles é melhorar o ambiente de negócios" acrescentou.

Na perspectiva do director da APIEX, "o ambiente de negócios não é um problema do Governo, é um problema da sociedade, é um problema da economia mo-

çambicana, é um problema dos empresários, dos empregados, dos sindicatos, das famílias, de todos nós, para melhor o ambiente de negocio precisa de pragmatismo político e olharmos para o caso do Ruanda, é dizer que eu não quero que isto aconteça e não acontecer".

Mundial 2018: Bélgica derrota Panamá com bis de Lukaku

A criatividade e o poder ofensivo da Bélgica superaram uma defesa firme e o heroísmo do guarda-redes do Panamá, Jaime Penedo, para garantir uma vitória de 3 a 0 sobre a equipe estreante em Campeonatos do Mundo de futebol, nesta segunda-feira, pelo Grupo G.

Texto: Agências

Foi necessário um belo golo de primeira de Dries Mertens, que chutou sem deixar a bola cair no relvado pelo lado direito da área, logo após o intervalo, sem chances para Penedo, para os belgas abrirem o placar, após um primeiro tempo em que o guarda-redes defendeu finalizações do próprio Mertens e de Eden Hazard e Romelu Lukaku.

Hazard começou a jogada do segundo golo, tocando para Ke-

vin De Bruyne, que fez em cruzamento em diagonal de trivela para Lukaku marcar de cabeça, aos 24 minutos.

O atacante do Manchester United fez 3 a 0 aos 30 minutos, aproveitando enfiada de Hazard para superar Penedo com um leve toque por cima.

A Bélgica, invicta nos seus últimos 20 jogos, enfrentará Tunísia e Inglaterra nos próximos jogos do seu grupo.

Mundial 2018: Suécia vence Coreia do Sul com penalti marcado por VAR e encerra jejum histórico em estreias

A Suécia venceu uma partida de estreia num Campeonato do Mundo de futebol pela primeira vez desde 1958 e ainda encerrou uma seca de golos ao vencer a Coreia do Sul por 1 a 0, nesta segunda-feira, num jogo decisivo para a equipe ter chances de classificação no Grupo F.

Texto: Agências

Após dominar o jogo mas desperdiçar uma série de chances de marcar, os suecos tiveram um penalti a favor aos 20 minutos do segundo tempo marcado com auxílio do árbitro de vídeo (VAR) depois que Kim Min-woo derrubou Viktor Claesson dentro da área. O árbitro Joel Aguilar, de El Salvador, inicialmente mandou o lance seguir, mas foi chamado para consultar o sistema de árbitro de vídeo e assinou a penalidade.

O capitão sueco, Andreas Gran-

qvist, bateu com confiança e converteu a cobrança no lado oposto do guarda-redes Cho Hyun-woo, que antes fizera duas defesas impressionantes.

O resultado foi bastante comemorado pela multidão de adeptos suecos vestidos de amarelos, que temiam que a sua selecção passasse em branco mais uma vez após ficar sem marcar em seus últimos três jogos.

A vitória também foi a primeira dos suecos numa estreia de um

Mundial desde 1958, quando sediaram o torneio e acabaram como vice-campeões, perdendo a final para o Brasil.

Com a vitória a Suécia empatou com o México na liderança do Grupo F com três pontos, enquanto a actual campeã Alemanha e a Coreia do Sul ainda não somaram pontos. Os suecos enfrentarão na próxima jornada a Alemanha, enquanto os sul-coreanos terão pela frente um desafio complicado com o México.



Boqueirão da Verdade

“Queremos reafirmar a convicção de que os desafios e os constrangimentos, seja qual for a sua magnitude, de modo algum irão distrair-nos, porque a imagem que temos do Islão é de uma religião profundamente pacífica e de valores nobres de convivência harmoniosa entre as pessoas, uma religião comprometida com o bem. Por isso, nas celebrações de mais um aniversário da nossa independência nacional que se aproxima, vamos dar as mãos e olhar para o nosso passado comum e para a grandeza da unidade e da coesão como factores de paz, solidariedade, harmonia social e progresso”, **Filipe Nyusi**

“O diálogo com o Presidente Filipe Nyusi está a fluir. É verdade que é um processo complexo e que exige calma e paciência, mas o processo está a andar. O anúncio já feito é verdadeiramente falso e não veio de mim, não tem o meu consentimento, não tem o meu aval. É, para todos efeitos, um anúncio nulo”, **Manuel Bissopo**

“Eu, Venâncio Mondlane, não sou cabeça de lista do MDM, não serei e não quero ser cabeça de lista do MDM. Não sou candidato a presidente do Conselho Municipal de Maputo pelo MDM”, **Venâncio Mondlane**

“Que o custo de vida vai apertando cada vez mais não é novidade, até porque todos vamos sentindo isso no dia-a-dia. Agora, que daí alguém tenha que procurar refeições na tristeza dos outros, isso já não lembra ao diabo! Eu já tinha ouvido falar de pessoas que se infiltravam nos casamen-

tos e outros eventos festivos para comerem e beberem à farta, o que nunca me tinha passado pela cabeça é que também pudesse haver “penetras” em cerimónias de pesar, como são os falecimentos”, **Eliseu Bento**

“Eis que, um outro fulano se fez presente em casa de uma família enlutada. Comeu e bebeu, à grande e à francesa, como sói dizer-se, e já no respaldo, enquanto palitava, soltou as seguintes palavras: - Isto sim, é um falecimento, não é como aquele da família... Escusado dizer que ao fazer tal comparação estava a dizer que era sua forma de estar, andar nas cerimónias fúnebres, tão somente para satisfazer os seus apetites, longe de qualquer intenção de prestar e/ou emprestar a sua solidariedade pelos infortúnios das pessoas”, **idem**

“Ocorrem-me as palavras de D. Dinis Sengulane que, certa vez, a propósito destas coisas, veio a terreiro defender que era chegada a hora de pararmos de transformar funerais em festas nas quais as pessoas estão realmente mais para conviver, beber e comer do que para chorar pela memória de um ente querido. Pior, digo eu, quando se trata de pessoas alheias à família. Hoje, quando alguém tem um falecimento, uma das maiores dores de cabeça, à parte a perda do seu ente querido, é realmente saber como reunir mantimentos suficientes para satisfazer os apetites de todas as pessoas, entre as quais burlões desavergonhados que vão acampar em sua casa, geralmente por muitos dias”, **ibidem**

“Qual foi o meu espanto? É que no grupo dinamizador foi-me exigido o cartão de eleitor, documento sem o qual não podia votar, perdão, sem o qual não me seria passada a guia para o posto administrativo. Tentei, juntamente com outros cidadãos ali presentes, compreender o porquê desta exigência. Debalde, porque a funcionária em serviço, com cara de muito poucos amigos, sentenciou: se não tem o cartão de eleitor não terá aqui nenhuma guia”, **Salomão Muiambo**

“Na verdade, tanto eu quanto muitos outros ali presentes, ficamos estupefactos porque, na verdade, não estávamos ali para votar mas tão somente para tratar de certa documentação a nosso bem e a bem da organização e funcionamento do município. Teimosamente, ainda ensaiei um contacto com o secretário do bairro para compreender a essência da exigência do cartão de eleitor, o que não foi possível, pois, na altura ele, se encontrava ausente”, **idem**

“Logo a seguir ocorreu-me a seguinte questão: se a exigência do cartão de eleitor para a regularização de certo expediente, que documento apresentam os cidadãos que residem fora de regiões autárquicas como, por exemplo, Marracuene, Matutuine, Magude e outras, em casos de género? O filósofo francês, René Descartes (1559-1650), apregoa a dúvida como ponto de partida para o conhecimento da verdade absoluta. Inspiro-me neste pensamento para conhecer a verdade sobre a exigência do cartão de eleitor na regulari-

zação de uma parcela de terra”, **ibidem**

“Há que constatar um aspecto que tivemos como constrangimento que foram fundos que estavam destinados para o plano de contingências que não foram disponibilizados. Em termos de pragas e doenças temos a destacar aquelas que tiveram um impacto social e económico como a lagarta do funil do milho, o mal do panamá na banana, a tuta absoluta no tomateiro e também os ratos do campo”, **Hiten Janttilal**

“A escassez de chuva e pragas afectaram a disponibilidade dos alimentos, o acesso e a utilização dos alimentos. Olhado para o índice da satisfação hídrica, no Sul de Tete e nas províncias de Gaza, Inhambane e Maputo tivemos problemas de satisfação hídrica para as culturas. A precipitação registada durante a campanha agrícola esteve abaixo da média dos últimos cinco anos. Apenas 38 por cento da população estava a usar a agricultura como principal fonte de rendimento, o que é preocupante. O mesmo acontece em Gaza, onde praticamente metade dos agregados familiares não estavam a recorrer a produção agrícola como fonte de rendimento, tendo em conta as falhas na agricultura”, **Dino Boene**

“Dos cerca de 28 milhões de moçambicanos 2 por cento estão em situação de insegurança alimentar, estamos a dizer que neste momento temos cerca de 500 mil pessoas em insegurança alimentar aguda a precisar de assistência humanitária imediata em 19 distritos das províncias de Tete, Gaza, Sofala”, **idem**

“A explosão da economia em crise de dívida resultou na implosão da economia, isto é, na sua contracção - o investimento, o emprego e a taxa de crescimento contraíram significativamente, do mesmo modo que as expectativas dos investidores caíram. “O banco central diz que já saímos da crise, apenas porque a economia já não está a oscilar tanto e tão descontroladamente. Mas a taxa de crescimento da economia baixou para menos de metade, estando agora ao nível aproximado da taxa de crescimento da população (isto é, o PIB per capita não vai subir); a dívida pública, incluindo a interna, que pesa muito sobre o sistema financeiro doméstico, continua a subir; o sistema financeiro não está nem interessado nem capaz de apoiar a transformação da base produtiva”, **Carlos Nuno Castel-Branco**

“A inflação é mais baixa porque o consumo da população menos abastada diminuiu. A taxa de câmbio apreciou ligeiramente e ficou menos errática porque o efeito overshooting (quando a moeda ajusta mais do que o necessário) tende a diluir-se com o tempo e porque as importações diminuíram por causa da contracção da economia”, constatou Carlos Nuno Castel-Branco que ainda diagnosticou que Moçambique está a aproxima-se “de um equilíbrio de actividade económica menor, com mais dívida e com menos investimento. Em vez de darmos mais sangue ao doente, estamos a cortar partes do seu corpo para que ele possa sobreviver com o pouco sangue que tem dentro de si”, **idem**

 **goste de nós no**
[facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)

Jornal @Verdade

@Verdade Editorial: Filipe Nyusi mete os pés pelas mãos

O Chefe do Estado, Filipe Nyusi, devia ser um homem acima de qualquer suspeita e solícito para os seus “patrões”, mas não é assim. Desde que um grupo inspirado na doutrina islâmica, denominado Al Shabaab, actua no norte de Moçambique, desde Outubro de 2017, causando terror e matança na província de Cabo Delgado, ainda não ouvimos a posição do Comandante-Chefe das Forças Armadas. Porém, ainda é tempo de Filipe Nyusi se emendar. O que começou como um simples ataque visando as unidades policiais e atribuído a supostos bandidos armados – no jargão policial e de alguns militantes do partido no poder – no distrito de Mocimboa da Praia, já é um problema sério. Mas bastante sério pode ser o silêncio sepulcral do Presidente da República perante o clamor e a agonia da população local, que já passa noites em claros. Tenha misericórdia e não seja indiferente ao desgosto dessa gente! Ajude-a a superar o drama a que está sujeita. Enquanto o Alto Magistrado da Nação profere discursos de censura e repressão à manifestação popular em Maputo na Matola, por conta dos constantes acidentes de viação, e sugere que os promotores da manifestação abandonem a urbe para habitar sabemos lá em que parte do vasto Moçambique, simultaneamente ele finge ser cego, surdo e mudo, ignorando por completo a barbárie instalada em Cabo Delgado. Ele escuda-se num problema minúsculo, comparativamente ao que se passa no norte. Em algumas comunidades dos distritos de Mocimboa da Praia, Palma, Nangade, Macomica e Quissanga o ambiente é de cortar à faca, põe todos nós com os nervos à flor da pele e com os dentes a ranger de pânico.
<http://www.verdade.co.mz/opinioao/editorial/66040>

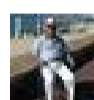


Ernesto Sitique Não acho que seja imperativo que o PR diga alguma coisa

em público a respeito dos incidentes de Cabo Delgado. Instituições do Estado com atribuições e competências para lhe dar com a situação já estão no terreno a trabalhar. Isso é o mais importante neste momento. Creio que em tempo oportuno, isto é, quando o Chefe do Estado tiver informações mais concisas sobre a identidade e as reais motivações deste grupo, poderá se dirigir à nação. Pode-se sim questionar a eficácia das acções desenvolvidas pelas FDS com vista a estancar esta barbárie. Os serviços de inteligência como a SISE e a SERNIC tem responsabilidades acrescidas dada a natureza e o modus operandi do grupo. · 1 dia(s)



Kaká Da Selma Cléusio Mas mesmo o presidente dizer alguma coisa sobre esse assunto, será que vai parar? Opaaa oremos que um dia vai passar as FDS estão no terreno a trabalhar · 23 h



Jose Carvalho Daqui muito longe a sensação é que as FA de Moçambique e o seu Comandante Em Chefe são.uns cobardolas... · 1 dia(s)



Ernesto Cajanja Mocambique! Nunca foi dos mocabicanos e muito menos o povo ser o patroa... Etimida o povo e o patroa seja ake governa + chegar a vez do povo humilhado, ignorado ser pedido voto. Nao iremos aceitar ne pouco, pork o tempo passa e as coisas muda · 1 dia(s)



Zé De Moz NA MINHA OPINIÃO AXO BOM ELE FICAR EM SILÊNCIO, PORK ULTIMAMENTE O K FALA ESSE PR SAO ASNEIRAS. · 4 h



Natalino Pompilio Haver vamos eu quero ver quem tentar vir mi pedir voto esse sim ad dançar minha música. · 1 dia(s)



Cilinha Gonçalves Vote, sim! Mas consciente de que não é mais do mesmo. Vote em quem tem a coragem de ser diferente, ousando colocar Moçambique na rota do

desenvolvimento popular e jamais dos chefes de estado. · 1 dia(s)

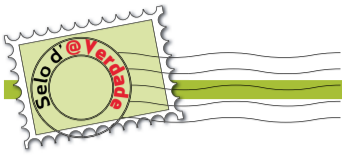


Antony Jose Eu nao entendo o papel do Sr. Governador daquela

Província, pois ele aparece a dar a cara nas cameras quando a sua tras esta a figura das FDS. Ja tivemos problemas em outras provincias mas nunca vi os Governadores a substituirem os titulares das FDS. Que Cenario e esse??? Sera inicio da descentralizacao e desconcentracão dos poderes??? Se alguem tem a razão que nos explique. · 2 dia(s)



Domingos Siquice Nhanala A politica dos elites foi bem descoberta, nada de a shababs, notas se que la tem tantas pedras preciosa, eles sabem que a populacao se beneficia das mesmas. Assim um do grupo dos elites tem os compradores porisso que estao a mandarem embora a populacao. Aqueimadura das casas primeiro vasculham dentro delas e tiram tudo, sr nyusse ainda ta a procura da artemanha para mafiar o povo sobre o caso. · 2 dia(s)



A vida e a morte

Segundo a ciência, a vida é o período de existência do ser vivo que decorre entre o seu nascimento e a morte, um conceito muito básico e fácil de entender.

De facto, os seres humanos, nascem, crescem, reproduzem-se e morrem. Todos estes momentos, são repletos de vitórias e derrotas para alguns, sem esquecer dos obstáculos que o ser humano enfrenta dia após dia. Os seres humanos ao nascer enfrentam várias dificuldades, dentre elas: alguns com problemas de saúde, outros com deficiências e alguns morrem mesmo antes de nascer. Podem até não ser dificuldades nem obstáculos, mas sim o destino ou a natureza da vida.

Durante o crescimento físico e psíquico, os seres humanos enfrentam ainda outros obstáculos: alguns durante esta fase de desenvolvimento, que talvez viviam dependentes de alguns familiares, acabam perdendo-os por guerras, acidentes, doenças e mais. Outros que viviam em boas condições de vida, acabam entrando em momentos de declínio, e até os que viviam na vida da fé, acabam entrando no mundo do pecado.

Na fase da reprodução, al-

guns conseguem e outros não conseguem reproduzir. Temos visto nos nossos dias, pessoas que não podem reproduzir mas que sempre tiveram o sonho de ter filhos.

Existe, então, o momento do Adeus, momento este de muita tristeza para os seres humanos, onde muitos vão a morte por diversas razões.

Na vida, enquanto alguns são ricos e outros são pobres, uns são justos e outros são injustos, alguns vivem de boa saúde e outros vivem com enfermidades, alguns são felizes e outros são tristes, alguns são aprovados e outros são reprovados, alguns vivem em liberdade e outros vivem presos ou encarcerados, uns são bons e outros são maus, alguns amam e são amados enquanto outros odeiam e são odiados. Enfim, estes são alguns significados do cenário da vida no nosso dia-a-dia.

Num entendimento religioso, a vida é uma dádiva de Deus, um bem muito precioso. Por esta bênção de Deus, devemos andar nos Seus caminhos para que haja a vida eterna.

Por causa do pecado, nossa vida na terra é um tempo limitado, por isso Jesus veio

para nos libertar do pecado, oferecendo a vida eterna a todos aqueles que acreditam nele.

Segundo a Bíblia no Evangelho de (João 11:25-26) Jesus disse: "Eu sou a ressurreição e a vida. Aquele que crê em mim, ainda que morra, viverá; e quem vive e crê em mim, não morrerá eternamente".

Disse ainda Jesus no Evangelho de (João 10:27-28) o seguinte: "As minhas ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço, e elas me seguem. Eu lhes dou a vida eterna, e elas jamais perecerão; ninguém as poderá arrancar da minha mão."

Por isso, enquanto estivermos em vida, saibamos viver nas Leis de Deus, amando, perdendo, ajudando e fazendo tudo de bom ao nosso semelhante.

Nos dias de hoje, o ser humano tem considerado a morte como o fim, e este acontecimento realmente é triste, pois é um momento de muita dor em que perdemos pessoas que tanto amamos e que nos habituamos com elas viver de uma certa forma. É triste ver alguém que vimos em vida e não tê-la mais viva.

Apesar de ser uma triste circunstância, a morte não pode ser entendida como o fim mas sim como uma transição, de um tempo para outro.

Realmente, o pior fim é este em que todos esperam morrer, mas está escrito que quem durante a vida acreditar e viver nas orientações de Deus, poderá ter a vida para sempre.

Esta é a grande esperança que o nosso Deus concede, de vivermos após a morte. Cabe a cada um de nós decidir o melhor caminho por seguir. Esqueça os obstáculos da vida e lute pela salvação. Esta deve ser a nossa missão na terra e é uma oportunidade para ter a herança que Deus guardou para todos "a terra prometida".

Atenção, meu irmão e minha irmã, a você que está lendo esta mensagem, gostaria de lhe alertar para que largue tudo aquilo que acha não ser o certo para a sua vida, largue o vício, largue a mentira, largue o assassinato, largue a inveja, largue o adultério, largue o feitiço e aproveite enquanto há tempo e vida para mudar e buscar a palavra de Deus.

Por Joel Amba

Pergunta à Tina...

Olá Tina, sou a Deyze. Tenho 23 anos, estava grávida de 3 meses, passando mais 3 semanas. Já estou a ter menstruação. O que pode ser?

Querida Deyze, se te entendo bem, o teu caso precisa ser observado num centro de saúde ou clínica. Por isso, só posso recomendar que procures cuidados médicos, e tão urgente quanto possível. Boa sorte!

Bom dia, Tina. Somos um casal há oito anos, temos dois filhos e decidimos fazer planeamento familiar. Este é o segundo ano que a minha esposa faz planeamento, de 3-3 meses recebe injeção. Nos últimos três meses, ela vê o período quase constantemente, se parou, foi só por 1-2 dias. Fomos ao hospital por várias vezes, só dão comprimidos, mas sem sucessos. Ela continua a menstruar sem parar. Agora está irritada, pensa em parar com o planeamento, o que não é da minha opção porque tenho que gerir tudo segundo o meu salário. Peço sua ajuda, não sei se será hemorragia a desenvolver miomas ou conteúdo já reconhecido com o tipo de planeamento. Obrigado. Eugénio e Hortência, 31 e 28 anos de idade.

Bom dia, Eugénio. Entendo bem os teus receios em relação à possível interrupção do planeamento que a tua esposa deseja. Mas é preciso lembrar que essa situação é muito fácil de contornar: o uso da camisinha. A camisinha é o método de prevenção da gravidez mais acessível e económico de que dispomos. E se for usado sempre, a sua eficácia é de 100%. Em relação à Hortência, algo não está bem com ela. Pela sua idade, não pensaria em miomas. De qualquer maneira, o importante é procurar outra opinião médica, eventualmente num hospital diferente. Boa sorte!

goste de nós no
[facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)

Jornal @Verdade

Por outro lado, mesmo quando estiver a funcionar em pleno e sem a seca hídrica que se enfrenta actualmente no Sul de Moçambique, a barragem de Corumana não vai suprir todos os municípios de Maputo, Matola, Boane e Marracuene.

Os engenheiros do Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG) esperam que em 2025 a barragem de Corumana possa servir 650 mil consumidores, no entanto os dados preliminares do Censo da população de Maputo, cidade e província, indicam que existem pelo menos 845 mil agregados familiares.

A barragem dos Pequenos Libombos garante actualmente água potável para 135 mil clientes das Águas da Região de Maputo, portanto se a população não aumentar sobrarão ainda, em 2025, 60 mil famílias sem acesso ao precioso líquido, por isso é um imperativo a construção da barragem de Moamba-Major.

"A barragem de Moamba-Major é um processo que estamos a olhar com a devida atenção, estão a decorrer negociações entre os principais intervenientes neste processo por forma a encontrar uma solução e viabilizar a retomada dos trabalhos da barragem" revelou o ministro João Machatine a jornalistas

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/66041>



Macuacua Massiquele

Roberto Porque não perspectivar o desvio de parte das águas do Rio Limpopo para essa barragem ao mesmo tempo que

se pensa na construção da barragem de Chicalacua ou Mapai como garantia de reserva de água para toda a região de Gaza e Maputo, a Sul deste Rio e a barragem dos elefantes

no Rio do mesmo nome para regiões mais a Norte desta província...

Já mais para o norte é preciso contruir um grande dique para conter as águas do Rio Save para as áridas zonas do Sul de Manica, Sofala e Inhambane...

Sabemos hoje que alertas sobre a escassez de água começam a soar...

Ao nível do trópico de capricórnio predominam os ventos alísios que podem ser aproveitados para geração de energia eólica e começar a se repensar na construção de grandes usinas de dessalinização das águas marinhas ao mesmo tempo de se criam turbinas de reaproveitamento de canais de escoamento de águas do mar para estas usinas de dessalinização...

O futuro da humanidade estará no mar, caso de continue o processo de aquecimento global e o derretimento das calotas polares...

Nesta altura o nível das águas do mar destruirá muitas civilizações...

Eis porque talvez, no passado, prevendo este delúvio, muitas civilizações terão erguido cidades nas regiões mais altas do planeta, é as que ficaram nas regiões mais baixas, acabaram por desaparecer, como é o

caso da atalantida...

É nestas alturas que deveríamos nos perguntar se também, em vez de pensarmos no Marte ou outros planetas habitáveis; não terá chagadoba altura de começarmos a construir cidades flutuantes, com recurso a fontes renováveis de energia, dessalinização de água e outras formas sustentáveis de vida com base nos recursos aquáticos, como fonte de alimentação:

Criação de peixe e outras espécies marinhas, produção de algas como fonte de alimento e eventualmente, caso ainda restem áreas secas na terra, o estudo de viabilidade para criação de grandes estufas de produção vegetal...

Outra forma importante de sobrevivência seria o investimento maciço na produção de ozono para cobrir o buraco de ozono da atmosfera, ao mesmo tempo que se criam usinas sintéticas para o processo de fotossíntese, para a geração de oxigénio e degradação do dióxido de carbono e ou monóxido de carbono, sendo estes os responsáveis pelo aquecimento global...

Por outro lado, é preciso entender

que a desertificação do planeta, tem também contribuído para a criação de partículas suspensas que atraíam, ainda mais os iões e irradiação solar, agravando o problema da qualidade do ar e o aquecimento global, talvez fosse necessário criar filtros de captação de iões e partículas ao nível da ionosfera...

Enfim, o mundo precisa de começar a ser ajudado, caso a humanidade ainda pretenda ter o lar que Deus criou para ela... 1 dia(s)



Jaime José Chissico Mas eu não sei bem se qual é o problema k tem com esse

vosso governo, tratam-se água para no lugar onde tem água, porque não tratam os barragens para fornecer água nas zonas da região norte de Inhambane k estão a morrer de sede as pessoas da região de Matola, Funhaloro, Sititila, e mais por aí. K as pessoas percorrem 50km a procura de 20L de água, porque não se preocupam em fazer isso? Vocês só querem as pessoas da região para vos dar o voto por vos votarem depois de lhes contar animais k nem tem função, porque para os k tem função vocês fazem parques e dxam guardas a controlar, e descontrolar aqueles k pagam imposto vos dinheiro e depois lhes prejudicar... 23 h

É cada vez mais difícil salvar vidas no Mediterrâneo

Há um mês havia quatro organizações não-governamentais empenhadas em resgatar gente a precisar de auxílio no Mediterrâneo. Há um ano eram 13. As decisões de Itália e da própria União Europeia, que assinaram acordos com diferentes autoridades da Líbia para evitar que requerentes de asilo cheguem a partir do destruído país, tornaram o trabalho destas ONG muito arriscado. Para além disso, os próprios italianos chegaram a confiscar-lhes navios e a acusar funcionários de "ajuda à imigração ilegal".

O último episódio da guerra entre Roma e as ONG começou há uma semana, quando depois de organizar o salvamento de mais de 600 pessoas, avisando o Aquarius das posições de embarcações naufragadas e mandando a sua Guarda Costeira entregar 400 resgatados ao navio gerido pela SOS Méditerranée em colaboração com os Médicos Sem Fronteiras (MSF), o Centro de Coordenação Marítima de Roma (CCMR) proibiu a embarcação de aportar em qualquer porto italiano.

A pequena crise dentro da tempestade em curso resolveu-se com a oferta do Governo de Pedro Sánchez para receber os resgatados em Valência, onde já chegaram. A SOS Méditerranée disse que enquanto decorreria a sua viagem até Espanha mais pessoas ficariam sem ser salvas no Mediterrâneo Oriental e a Sea-Watch-3, ONG alemã que deu o seu nome a outro navio, fez avisos semelhantes, acrescentando que tinha sido deixada sozinha a tentar salvar pessoas.

Actualmente, e de forma oficial, há três navios de socorro civis a operar ao largo da Líbia, de onde partem quase todos os que querem chegar às costas da Europa. Ao Aquarius e ao Sea-Watch-3 soma-se o Seefuchs, de outra ONG alemã, a See Eye. Todas se queixam de que realizam um trabalho cada vez mais difícil e com potenciais consequências graves. As ONG a bordo do Aquarius asseguram que vão voltar, mas não sabem o que fazer quando o novo Governo italiano, de extrema-direita, voltar a recusar acolher pessoas e Malta fizer o mesmo.

Grandes naufrágios

O esforço destas organizações, que em 2013 começaram a constituir-se como uma flotilha informal, surgiu na sequência de uma série de tragédias, como o naufrágio de 3 de Outubro desse ano de um navio com 500 imigrantes a bordo, onde morre-

ram 370. Em 2015, já Itália tinha posto fim à sua missão de resgate, Mare Nostrum (custava 8 milhões de euros por mês e Bruxelas recusou contribuir), multiplicaram-se os naufrágios com números impressionantes de mortos, como o de Abril, quando se afogaram 800 pessoas junto a Lampedusa.

A UE substituiu entretanto a missão italiana por novas operações, mas agora com o objectivo de controlar fronteiras, não salvar pessoas, e com navios que têm ordens para não sair das águas europeias. O resultado foi a chegada ao Mediterrâneo de ainda mais ONG, incluindo os MSF, com o navio Prudence, a Save the Children ou a Proactiva Open Arms, a ONG que teve o seu navio Astral confiscado, viu os líbios dispararem contra os seus tripulantes e enfrenta a Justiça italiana. Em Maio, desistiu.

Os MSF, que ficaram a colaborar com a franco-alemã SOS Méditerranée, saíram em Agosto de 2017, depois das funções atribuídas por Bruxelas e Roma aos líbios, quando estes começaram a disparar, tentando impedir os navios humanitários de chegar às pessoas no mar - enquanto estão na Líbia, ou quando as forças líbias os apanham a tentar partir ou já na água, os potenciais refugiados são mantidos em centros de detenção onde abundam descrições de tortura, roubo e violações.

Porto seguro

As ONG obedecem às leis internacionais de socorro marítimo, que obrigam quem esteja no mar a salvar os que correm risco e a transportar os resgatados até ao "porto seguro mais próximo". A Líbia não cabe nesta descrição.

Para além dos navios das ONG que resistem (o actual Governo italiano chama-lhes "táxis do mar"), estão no Mediterrâneo os barcos da Frontex, a agência que se ocupa da segurança das

fronteiras da UE (cuja função é ainda dissuadir as pessoas de tentarem alcançar a Europa), navios italianos que têm de cumprir o seu dever e salvar quem está em risco de afogar-se, e outros navios estrangeiros que por ali passem.

É o caso do USNS Trenton, da Marinha americana, que na terça-feira se deparou com um barco de borracha com mais de 60 pessoas a bordo. A tripulação resgatou 40 (depois disso já não encontrou mais ninguém) e chegou a subir a bordo 12 cadáveres (segundo a ONG See-Watch-3, devolveu-os, entretanto ao mar).

Como contaram à revista Newsweek, os responsáveis do Trenton puseram-se em contacto com o See-Watch-3, de bandeira holandesa, mas a ONG recusou receber os sobreviventes sem uma garantia escrita de Itália de que os deixaria "desembarcar em 36 horas". Como isso não aconteceu (Roma diz agora que só deixará aportar navios com bandeira italiana), as 40 pessoas (35 homens e cinco mulheres, incluindo quatro menores) continuam no barco dos Estados Unidos.

"Nada pode impedir Itália de assumir medidas contra nós, e talvez estejamos em breve fora de água, mas vamos tentar fazê-lo o mais dignamente possível e continuar a salvar as pessoas que seja possível salvar", diz Giorgia Linardi, porta-voz da See Watch em Itália, citada pelo diário Le Monde. "O trabalho das ONG complicou-se muito, com uma criminalização das operações", afirma Sophie Beau, co-fundadora e directora-geral da SOS Méditerranée.

"Cada vez é mais frequente que nos peçam para ficar em stand-by porque a Guarda Costeira líbia tem responsabilidades crescentes e há muitas situações confusas", diz ao El País Aloys Vimard, director de projectos dos MSF que costuma estar a bordo do Aquarius. "O que queremos são regras claras."

Texto: Público de Portugal

Texto: Público de Portugal

José Eduardo dos Santos deixa liderança do MPLA a 8 de Setembro

O Bureau Político do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) alterou a data do congresso extraordinário que marcará a saída do poder de José Eduardo dos Santos para 8 de Setembro, informou o partido.

A decisão foi tomada na sexta-feira em Luanda, durante a reunião ordinária do Bureau Político, orientada pelo presidente do MPLA, José Eduardo dos Santos.

"O Bureau Político abordou, principalmente, aspetos atinentes à convocação, preparação e realização do sexto congresso extraordinário do partido, que vai acontecer no dia 8 de Setembro de 2018", lê-se no comunicado final da reunião, consultado hoje pela Lusa.

O Comité Central do MPLA já tinha aprovado no final de Maio a proposta de candidatura de João Lourenço, vice-presidente do MPLA e chefe de Estado angolano desde Setembro do ano passado, ao cargo de presidente do partido, que é liderado desde 1979 por José Eduardo dos Santos.

Nos últimos tempos têm crescido os comentários na sociedade angolana sobre a existência de uma suposta bicefalia entre o chefe de Estado angolano e vice-presidente do MPLA, João Lourenço, e o líder do partido, José Eduardo dos Santos, em que se incluem críticas internas sobre a situação.

José Eduardo dos Santos, de 75 anos, anunciou em 2016 que deveria deixar a vida política activa este ano, tendo confirmado a sua saída, na última sessão extraordinária do Comité Central do MPLA, realizada a 25 de Maio, argumentando que "tudo o que tem um começo tem um fim".

A liderança do MPLA - e a presidência angolana - foi assumida por José Eduardo dos Santos a 21 de Setembro de 1979, na sequência da morte do primeiro Presidente de Angola, António Agostinho Neto, a 10 de Setembro do mesmo ano, em Moscovo.

Na altura, com 37 anos, José Eduardo dos Santos admitiu que não seria "uma substituição fácil nem possível". José Eduardo dos Santos já não concorreu às eleições gerais angolanas de agosto último, após 38 anos no poder.

Suposto ataque do Boko Haram no nordeste da Nigéria deixa 20 mortos

Pelo menos 20 pessoas morreram e 48 ficaram feridas em um ataque cometido por supostos membros da organização jihadista Boko Haram no estado de Borno, no nordeste da Nigéria, informaram no domingo (17) os veículos de imprensa locais.

Texto: Agências

O atentado aconteceu na noite de sábado por volta das 20h locais (16h, em Brasília) na cidade de Abachari, onde seis terroristas se ativaram os explosivos que levavam junto aos corpos, segundo confirmou o delegado da polícia em Borno, Damian Chukwu, ao canal de televisão local "Channels TV".

O grande número de feridos é porque a maioria das vítimas voltava para Abachari após a celebração do final do Ramadão. Os feridos, dos quais 12 estão em estado crítico, foram levados aos hospitais da próxima cidade de Damboa e da capital Maiduguri.

Este atentado aconteceu no mesmo dia em que o chefe do Estado Maior do Exército nigeriano, Tukur Buratai, pediu aos deslocados pelo conflito do Boko Haram do norte de Borno - embora Damboa esteja na parte sul do estado - que voltassem aos seus lares.

"Todas as estradas que levam às aldeias dessas áreas foram limpas de artefactos explosivos e de atividades insurgentes, que já não supõem nenhuma ameaça crível à rotina diária de vocês", indicou na cerimónia de inauguração de uma patrulha antiterrorista no lago o Chade.

De facto, as Forças Aéreas nigerianas confirmaram hoje que uma operação contra membros do Boko Haram em Borno terminou com "20" terroristas mortos.

O Boko Haram, que em língua local significa "a educação não islâmica é pecado", luta por impor um Estado de corte islâmica na Nigéria, país de maioria muçulmana no norte e predominantemente cristã no sul.

Apesar do Governo nigeriano afirmar ter derrotado os jihadistas, estes continuam com ataques esporádicos especialmente no estado de Borno, onde o grupo iniciou a sua campanha há nove anos.

Embora as tropas nigerianas tenham recuperado extensos territórios antes ocupados pelos jihadistas, o Boko Haram mudou suas táticas para se concentrar em ataques a pontos fracos como mercados, mesquitas, igrejas e escolas.

Calcula-se que mais de 20 mil pessoas morreram desde 2009 devido a este conflito e que haja cerca de dois milhões de deslocados.

Texto: Agências

Guatemala encerra busca a vítimas de vulcão onde 110 morreram

A Guatemala encerrou no domingo (17) os esforços de busca na zona que sofreu a maior parte de mortos e feridos da erupção do vulcão Fuego, disse sua agência de desastres.

Texto: Agências

Pelo menos 110 pessoas morreram e 197 ainda estão desaparecidas depois das violentas erupções que começaram há duas semanas, de acordo com a agência de desastres CONRED.

"Os esforços de busca estão permanentemente suspensos nas cidades de San Miguel Los Lotes e El Rodeo na cidade de Escuintla... a zona está inabitável e tem alto risco", disse CONRED

num comunicado neste domingo.

O vulcão Fuego, cujo nome significa "fogo" em espanhol, regista quatro ou cinco explosões pequenas diariamente e lança colunas de até 4.700 metros acima do nível do mar, disse o CONRED.

Escuintla possui 12 abrigos para quase 2.800 pessoas que abandonaram

suas casas, engolidas por cinza e sujeira, enquanto mais de 770 pessoas permanecem em abrigos em áreas próximas.

Alguns sobreviventes perderam quase todos os familiares, depois que o vulcão emitiu correntes rápidas de poeira, lava e gás montanha abaixo, na sua maior erupção em quarenta anos.

No dia dos refugiados, Hungria aprovou lei que torna crime ajudá-los

No Dia Mundial dos Refugiados, o Parlamento da Hungria aprovou um pacote legislativo que torna crime prestar auxílio a quem entre no país sem documentos legais – mesmo que para pedir asilo.

Texto: Público de Portugal

Limitar a acção das organizações não-governamentais é o objectivo destas leis – em particular, as financiadas pelo milionário George Soros, americano de origem húngara, que recentemente anunciaram que saíam deste país.

Ao abrigo da nova legislação, oficialmente designada STOP Soros, aprovada com a maioria de que dispõe o Fidesz, o partido do governo liderado por Viktor Orbán, indivíduos ou grupos que ajudem imigrantes a pedir asilo ou a permanecer na Hungria sem que tenham condições para tal podem ser condenados a penas de prisão. “O povo húngaro tem a expectativa de que o Governo use todos os meios necessários para combater a imigração ilegal e as actividades que a promovem”, diz o ministro do Interior, Sandor Pinter, numa justificação adicionada à legislação, citada pela Reuters. “Queremos usar estas leis para impedir que a Hungria se torne um país de imigrantes”, acrescenta.

Estas leis foram condenadas por grupos de defesa dos direitos humanos, pelo Parlamento Europeu e

pelos Estados Unidos, como um ataque aos direitos fundamentais das pessoas que procuram asilo e também das que os auxiliam. O Conselho da Europa tinha também pedido que a Hungria esperasse que a Comissão de Veneza, o seu painel de especialistas sobre lei constitucional e direitos humanos, se pronunciasse sobre estas alterações – a declaração é esperada sexta-feira.

Mas o Governo de Viktor Orbán, ferozmente anti-imigração e sem contemplos para com refugiados, em especial se forem de países não cristãos, não esperou. Aprovou uma emenda constitucional que afirma que “uma população estrangeira não pode fixar-se na Hungria” – o que é visto como um ataque ao malogrado plano da Comissão Europeia de distribuir alguns dos muitos milhares de refugiados que chegaram à Europa em 2015 pelos Estados-membros segundo um sistema de quotas.

A Hungria chegou mesmo a promover um referendo sobre este sistema de quotas de distribuição de refugiados na UE em 2016 – mas não participaram eleitores suficientes para

validar a votação. Só votaram 45% dos eleitores, abaixo dos 50% necessários. Ainda assim, 95% dos que votaram manifestaram-se contra receber migrantes – ainda está viva na memória dos húngaros a grande vaga de sírios e iraquianos que chegaram às suas fronteiras no Verão 2015, em fuga da guerra na Síria.

A grande maioria procurou países mais ricos e acolhedores, como a Alemanha. Mas esta onda serviu a Orbán para se erguer como defensor da civilização cristã e espalhar o receio dos refugiados. Há denúncias sistemáticas de maus-tratos a refugiados na Hungria. Orbán construiu uma vedação na fronteira para impedir entradas e ajudou outros países a construir muros.

As estatísticas oficiais, porém, mostram que Abril havia apenas 3555 refugiados a viver na Hungria, um país de dez milhões de habitantes, diz a Reuters. Nos primeiros quatro meses deste ano, só 342 pessoas se tinham registado como requerentes de asilo na Hungria, a maioria dos quais originários do Médio Oriente. Destes, 279 receberam resposta positiva.

→ continuação Pag. 04 - Quanto custa a ponte da Catembe?

portagens. Permanecem dúvidas sobre o pagamento do crédito através das receitas geradas pelas portagens, as quais deveriam suportar 30% do custo da obra.

Segundo algumas intervenções (não se conhece o estudo económico e financeiro e de exploração), para tornar possível o pagamento de 30% do custo da obra (AM Intelligence 1142, de 19 de Abril de 2018), estima-se a necessidade de um tráfego diário de 5.000 veículos. Com os valores inicialmente definidos para as portagens e o volume do tráfego, o período de amortização do crédito poderia ser superior a 75 anos, isto sem considerar os custos de manutenção e de exploração. Segundo esses dados, existirão encargos as futuras gerações. A gestão da ponte será atribuída à empresa chinesa em contrato do tipo de parceria público-privado.

5. Conclusão

Constata-se que o valor despendido na construção da ponte, implica a não realização de alternativas de investimento em infraestruturas que proporcionariam a redução de grandes défices na prestação de serviços essenciais para a vida dos cidadãos. Outros cálculos de custos de oportunidade poderiam ter sido apresentados. As alternativas apresentadas superam a actuais existências de hospitais provinciais, de escolas secundárias e primárias na maioria das províncias e casas de habitação social em todo o país. A população residente no meio rural é sem dúvida o principal sacrificado.

O financiamento da ponte, bem como os muitos outros obtidos para investimentos em infra-estruturas, não estão a proporcionar benefícios ou ganhos para a maioria da população, mas beneficiam uma pequena parte da população. Estes investimentos contribuem para o aumento das dívidas pública e externa e as consequências daí derivadas.

A maneira como estes projectos são concebidos e financiados, assim como as dúvidas quanto à viabilidade económica e financeira, geram questionamento sobre a existência de estudos de viabilidade, assim como da avaliação dos custos sociais e ambientais dos mesmos. As dificuldades de acesso à informação não contribuem para a transparência do investimento público, levantando-se suspeitas sobre os custos das mesmas. No caso em apreço, a diferença entre a proposta portuguesa e a chinesa é de metade, isto é, cerca de 375 milhões de dólares.

Os atrasos de pagamento do Estado, os problemas surgidos com o reassentamento de pessoas, os protestos das populações, as greves dos trabalhadores e outros factores, revelam uma deficiente planificação da execução da obra.

Parece evidente que as opções públicas de alguns dos investimentos públicos, incluindo o da ponte da Catembe, não priorizam o desenvolvimento económico global do país e o bem-estar da maioria da população, conforme os custos de oportunidades apresentados, entre outros. Igualmente, a ponte não é, em termos nacionais, uma obra realizada com objectivo de defesa e manutenção do poder. Na dúvida deste investimento corresponder às lógicas/objectivos das políticas públicas (desenvolvimento, bem-estar dos cidadãos e defesa/reprodução do poder), pode-se pensar que a decisão do investimento da ponte obedece a uma intenção de marcação de uma identidade de regime (neste caso do mandato de Armando Guebuza), através da capacitação do país com infra-estruturas básicas, sem pensar no bem-estar dos cidadãos e no desenvolvimento sustentável de Moçambique.

A ponte da Catembe poderá dar uma paisagem bonita à baía de Maputo e enaltecer a vaidade dos maputenses. Mas essa beleza tem custos elevados juntos dos mais pobres dos pobres.

Os atrasos verificados permitirão a inauguração da ponte somente antes do dia da independência e em momento pré-eleitoral. Certamente que não faltarão os normais aproveitamentos políticos.

Setecentos e vinte e cinco milhões de dólares poderiam tirar muitos moçambicanos da pobreza. Uma questão de opção!

Por Observatório do Meio Rural

Equipes de resgate procuram vítimas de naufrágio em lago vulcânico na Indonésia

Equipes de resgate indonésias enfrentaram chuva e ondas de até dois metros de altura, na terça-feira (19), para procurar ao menos 128 passageiros que estavam em uma barca superlotada que afundou no lago Toba, um destino turístico na cratera de um antigo vulcão na ilha de Sumatra.

Texto: Agências

Estima-se que 18 pessoas foram resgatadas com vida, e um passageiro foi confirmado como morto depois que a barca afundou na noite de segunda-feira, quando foi virada pelo mau tempo.

“Muitas pessoas relataram que seus parentes estão desaparecidos”, disse à Reuters o chefe da agência de busca e resgate da cidade vizinha de Medan, identificado apenas como Budiawan.

A agência de busca e resgate enviou mergulhadores para procurar por vítimas nas profundezas do lago, disse

ele. “Pode levar tempo”, disse Budiawan, acrescentando que os corpos podem ter ficado presos na embarcação.

As autoridades estavam tentando confirmar o número total de passageiros que estavam a bordo da barca, mas disseram que pelo menos 128 pessoas estavam desaparecidas.

O lago Toba preenche a cratera de um vulcão gigante que entrou em erupção há 75 mil anos – uma das maiores erupções do mundo, que deixou um lago de 450 metros de profundidade.

O belo lago, com uma área de cerca de 1.145 quilómetros quadrados, tem uma ilha no meio. Barcas atravessam de um lado para o outro da ilha para cidades na margem do lago. Não havia notícias sobre a presença de turistas estrangeiros entre os desaparecidos.

Acidentes com barcas são comuns no arquipélago da Indonésia, especialmente durante o feriado islâmico do Eid al-Fitr, que caiu na semana passada, quando milhões de pessoas viajam após o mês de jejum do Ramadão.

Sociedade

Universidade Politécnica lança em Tete três novos cursos técnicos

O Instituto Médio Politécnico (IMEP), uma unidade orgânica da Universidade Politécnica, vai introduzir, na sua delegação de Tete, a partir de Agosto próximo, três novos cursos, nomeadamente, de Técnicos de Farmácia, Técnicos de Análises Clínicas e de Enfermagem de Saúde Materno-Infantil (SMI).

Texto: www.fimde semana.co.mz

O curso de Técnico de Farmácia permite o exercício de actividades de serviços farmacêuticos, nas unidades sanitárias de qualquer nível de atenção em saúde e ainda actuar em farmácias e empresas de importação e exportação de medicamentos e artigos médicos, órgãos locais e centrais de regulamentação, fiscalização e supervisão de actividades farmacêuticas.

Por sua vez, o curso de Técnicos de Análises Clínicas permite a realiza-

ção de funções ao nível dos conhecimentos, habilidades e atitudes confiáveis na colheita de espécimes biológicos, determinação analítica dos exames e entrega atempada dos resultados.

Já o curso de Enfermagem de SMI possibilita o desempenho de funções ao nível das maternidades e consultas preventivo-curativas de SMI nos hospitais rurais, provinciais, centrais e centros de saúde. Permite ainda desenvolver funções ao nível da admi-

nistração, gestão e coordenação do programa integrado de SMI, saúde escolar e do adolescente.

Importa realçar que o IMEP é um estabelecimento de ensino médio direccionado ao ensino técnico-profissional, para formação, aperfeiçoamento e reciclagem de profissionais em diferentes áreas, com a duração de três anos. Funciona nos turnos laboral e pós-laboral, sendo o nível de ingresso a 10ª classe ou equivalente.

Crianças migrantes medicadas sem consentimento em centros de acolhimento

A “tolerância zero” para com a imigração ilegal, que tem ditado a separação de famílias que entram nos EUA, fez com que centenas de crianças fossem mantidas em jaulas enquanto aguardam pelo desfecho das acções judiciais contra a família, e geraram uma onda de críticas. Mas há outras denúncias de outros atropelos aos direitos dos menores, cometidos anteriormente – vários centros de acolhimento estatais estão sob investigação porque os funcionários medicam crianças com psicotrópicos sem o consentimento dos pais. Alguns disseram tomar 16 comprimidos por dia, segundo o Huffington Post e o Texas Tribune.

Os centros são contratadas pelo Departamento de Realojamento do Refugiado [Office of Refugee Resettlement, ORR na sigla inglesa] dos EUA, agência estatal que distribui subsídios a instituições em mais de 18 estados, maioritariamente religiosas e sem fins lucrativos. Desde 2003, o Departamento de Saúde e Serviço Humano já atribuiu cinco mil milhões de dólares a estas instituições de acolhimento temporário e tratamento. Mas os relatos de abusos vindos destas instituições motivaram uma acção judicial contra elas. Nesse processo, ainda em curso, foram ouvidas vários menores – um deles recorda ter tomado nove comprimidos de manhã e outros sete à noite, sem saber que medicação se tratava.

“O ORR administra de forma rotineira às crianças medicamentos psicotrópicos sem a autorização necessária”, lê-se num memorando do processo, datado de Abril de 2016 e citado pelo Huffington Post. “Quando os jovens se recusam a tomar esta medicação, a ORR obriga-os. A ORR não pede consentimento parental antes de medicar uma criança, nem solicita autorização legal para consentimento no lugar dos pais. Em vez disso, a equipa do ORR ou do centro de acolhimento assina formulários de ‘consentimento’, atribuindo-se autoridade para administrar medicamentos psicotrópicos a crianças” ao seu cuidado.

Uma grande parte das acusações de medicação forçada vem do centro de acolhimento e tratamento Shiloh, em Manvel, no Texas. Fundado em 1995, começou a ser financiado em 2013 pelo Estado, que lhe atribuiu 25 milhões em subsídios ao longo de cinco anos.

De acordo com os advogados que representam as crianças neste processo, a medicação forçada acontece em todos os centros, mas só em Shiloh é que se administram injeções forçadas.

As crianças acabam em Shiloh devido a problemas comportamentais ou de saúde mental, diagnosticados a alguns dos jovens que cruzam a fronteira. O transtorno stress pós-traumático é um dos mais comuns. Os psicotrópicos podem ser repostas válidas para o tratamento destes transtornos, mas só se forem receitados por psiquiatras e administrados com consentimento parental. Caso contrário, violam-se as leis do Texas.

Um dos menores que viveram nesse centro, identificado no processo como Julio Z., contou em tribunal como os funcionários o atiravam ao chão para o forçar a aceitar os comprimidos: “Disseram-me que não podia sair se não tomasse a medicação”, relatou, segundo os registos do tribunal. Ainda disse ainda ter engordado 20 quilos devido aos comprimidos, escreve o Huffington Post.

400 delitos em centros de acolhimento

As crianças migrantes que chegam aos EUA sozinhas recebem, das autoridades, o rótulo de “menores não acompanhados”. Diz a lei que devem ser encaminhadas para junto dos familiares que vivam no país, mas a maior parte passa meses em centros de acolhimento como Shiloh. Em 2014, cerca de 70 mil crianças cruzaram a fronteira sozinhas.

A estas, juntam-se agora os meno-

res separados das suas famílias com a ‘tolerância zero’ decretada pela Administração Trump. Actualmente, as crianças estão a ser colocadas em centros de acolhimento temporário, onde dormem em armazéns onde os vários recintos são separados por gradeamento - semelhantes a jaulas, denunciaram os críticos. Outros vivem em tendas vigiadas por pessoal do Departamento de Segurança Interna armado com espingardas. Mas é apenas uma situação temporária: estes menores vão ser depois enviados para centros de acolhimento através do ORR.

Há outros problemas: de acordo com as autoridades, nos lares de acolhimento temporário do estado do Texas foram registadas mais de 400 delitos, um terço destes considerados “sérios”, escreve o Texas Tribune.

Na sua maioria, relacionam-se com falhas nos cuidados médicos. De acordo com a investigação deste jornal regional, há relatos de crianças com queimaduras, pulsos partidos e doenças sexualmente transmissíveis que ficaram sem tratamento. Há ainda relatos de uma criança que tomou um medicamento ao qual era alérgica, apesar do que indicava a sua pulseira médica. E as autoridades também descobriram centros onde há “contacto inapropriado com crianças”. Num deles, um funcionário deu uma revista pornográfica a um menor.

Em 2001, uma menor morreu num desses lares temporários ao ser imobilizada por um funcionário - foi a terceira a morrer desta forma desde 1993. Há ainda registo de uma criança que morreu por asfixia e outra presa dentro de um armário.

Texto: Público de Portugal

Sociedade

Celestino Joanguete: “Moçambique está longe de ser considerada uma sociedade de informação”

O especialista em Ciências de Comunicação, Celestino Joanguete, considera que, apesar de existir uma Política de Informática, aprovada pelo Governo em 2000, o País está longe de ser considerado uma sociedade de informação.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

A falta de implementação e o excesso de optimismo em relação a este instrumento, pioneiro em África, são apontados por Celestino Joanguete como as causas da exclusão digital no País.



“Os passos estão a ser dados, mas não ao ritmo desejado. Estão a ser aprovadas políticas, sim. O que falta é a sua implementação para que estejamos numa verdadeira sociedade de informação. Ainda há muita gente à margem da inclusão digital. A velocidade que as coisas andam teremos de acelerar o passo para alcançarmos os outros países, alguns dos quais, vizinhos”, afirmou o especialista.

Para Celestino Joanguete, o Estado deve ser o pioneiro na promoção da inclusão digital, colocando, por exemplo, equipamentos e infraestruturas básicos necessários para a implementação da Política de Informática, tais como computadores nas escolas primárias.

“Ainda há muitos sectores do Estado, por exemplo, que precisam de computadores, em particular na área da educação, pois estamos a falar de serviços públicos. O Estado precisa de se informatizar principalmente para conservar e, acima de tudo, facilitar o acesso da informação aos cidadãos”, disse Celestino Joanguete, que falava no terceiro ciclo das Tertúlias Itinerantes 2018, com tema era “Literacia Digital e Informacional”.

Numa outra abordagem, Celestino Joanguete defendeu a necessidade da massificação da literacia digital (habilidades de uso do computador), a par da informacional (utilização ética da informação no ciberespaço).

Entretanto, diz o especialista, “é importante reflectir sobre isso em conjunto com os fazedores das políticas públicas. A aprovação de políticas e a aposta na literacia digital não bastam. É necessário que haja um processo paralelo sobre o uso (correcto) da informação”.

Para sustentar a sua opinião, Celestino Joanguete referiu-se à manipulação da informação, à descaracterização de terceiros, ao bullying e às fake news como parte das consequências da “ausência de um ensino formal sobre o uso ético da informação”.

“A ausência do ensino formal dá azo à autoaprendizagem. Os jovens têm muita habilidade para aprender, mas fazem-no fora das regras, o que resulta em desvios, daí a necessidade de uma literacia informacional”, acrescentou.

Tertúlias Itinerantes é um ciclo de debates que decorre mensalmente na cidade de Maputo, reunindo académicos e o público no geral, para debater sobre diversos temas relacionados com a interculturalidade e o desconhecimento mútuo no contexto da era global.

Esta iniciativa académica conta com a coordenação dos académicos Sara Laisse, da Universidade Politécnica, Eduardo Lichuge da Universidade Eduardo Mondlane e Lurdes Macedo, da Universidade Lusófona de Portugal.

Presidente exonera três oficiais gerais das casas de Segurança e Militar

O chefe de Estado angolano exonera na quarta-feira (20) de funções nas casas de Segurança e Militar do Presidente da República três oficiais gerais, entre os quais o tenente-general Leopoldino Fragoso do Nascimento, considerado um dos maiores empresários do país.

Texto: Público de Portugal

De acordo com uma nota enviada à agência Lusa pela Casa Civil do Presidente da República, João Lourenço exonera os três oficiais gerais ao abrigo da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas “e depois de ouvido o Conselho de Segurança Nacional”.

Além do tenente-general Leopoldino “Dino” Fragoso do Nascimento, que até agora ocupava o cargo de consultor do ministro de Estado e Chefe da Casa de Segurança do Presidente da República, foram ainda exonerados o general Henrique Futy, do cargo de assessor do Chefe da Casa Militar do Presidente da República, e o tenente-general Fernando de Brito Teixeira de Sousa e Andrade, do

cargo de Consultor do Ministro de Estado e Chefe da Casa de Segurança.

Vários artigos publicados pelo portal de investigação angolana makaangola, do jornalista Rafael Marques, apontam o Leopoldino Fragoso do Nascimento como “testa-de-ferro” do anterior Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

O mesmo portal publicou em 2014 uma notícia dando conta que aquele oficial geral tinha uma fortuna pessoal avaliada em mais de 1000 milhões de dólares e participações em várias empresas, como a Puma Energy International ou o grupo Cochan, entre outros.

Também hoje, e igualmente na condição de Comandante-Em-Chefe das Forças Armadas Angolanas, João Lourenço assinou uma ordem a licenciar à reforma, “por limite de idade”, o general Afonso Lopes Teixeira Garcia, que era consultor do ministro de Estado e Chefe da Casa de Segurança do Presidente da República e o tenente-general Inocêncio Yoba, em situação de inatividade temporária.

João Lourenço foi empossado como terceiro Presidente da República em Setembro passado, após 38 anos no poder de José Eduardo dos Santos, que ainda se mantém como presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido no poder desde 1975.

Moçambola 2018: Textáfrica empurra Costa do Sol perto da despromoção e reassume 2º lugar

O Textáfrica do Chimoio empurrou o Costa do Sol para perto da zona de despromoção este domingo (17) e reassumiu o 2º lugar do campeonato nacional de futebol na perseguição ao Ferroviário de Maputo que recebeu e venceu o homónimo de Nacala. Já comandados por Nacir Armando os campeões venceram de virada o Ferroviário da Beira e isolaram no 3º lugar.

Um golo madrugador de Manecas, que no minuto 7 ganhou a um defesa “canarinho” e rematou de pé direito para o fundo das malhas de Guirruço, impôs a quinta derrota ao Costa do Sol, a terceira em casa, em 12 jornadas disputadas do Moçambola afundando o histórico clube que tem apenas mais um ponto acima da zona de despromoção.

Com a vitória os “fabris” de Chimoio reasumiram o 2º lugar com menos 4 pontos do que o Ferroviário de Maputo que no estádio da Machava venceu sem dificuldades o Ferroviário de Nacala com golos de Kelo e de Diogo.

No 3º lugar está agora a União Desportiva do Songo, agora treinada por Nacir Armando, que no Songo teve de suar imenso para dar a volta a desvantagem imposta no minuto 20 por Andro.

Só perto do final é que Manga empa-

rou, no minuto de 75, e no penúltimo minuto do tempo regulamentar Kambala garantiu os 3 pontos.

Os “guerreiros” de Gaza caíram em Nampula, diante do Sporting, e desceram para o 4º lugar.

Com 1 ponto a menos o Ferroviário de Nampula caiu para o 5º lugar após ser derrotado na Matola pela Liga. Ifren abriu o placar, Sonito de cabeça fez o segundo e antes do intervalo Gerson Masango fez o 3 a 0, reduzido apenas na 2ª parte.

Em Nacala o Desportivo impôs aos “trabalhadores” de Quelimane. Edson abriu o placar no minuto 15, oportuno fazendo uma recarga a remate forte de um companheiro. Zinho aos 20 minutos alargou a vantagem e o mesmo jogador bisou para o 3 a 0. Sulemane reduziu para os representantes da província da Zambézia.

Texto: Adérito Caldeira

Eis os resultados da 12ª jornada:

Sporting Nampula	1	x	0	Clube de Chibuto
G.D Incomati	1	x	0	Maxaquene
Desp. de Nacala	3	x	1	1º Maio Quelimane
U.P de Manica	0	x	0	ENH Vilanculo
União Desp. Songo	2	x	1	Ferr. da Beira
Costa do Sol	0	x	1	G.D. Textáfrica
Ferr. de Maputo	2	x	0	Ferr. de Nacala
Liga Desp. Maputo	3	x	1	Ferr. de Nampula

A classificação está assim ordenada:

P	Equipas	J	V	E	D	BM	BS	P
1º	Ferroviário de Maputo	12	8	1	3	14	8	25
2º	Textáfrica	12	5	6	1	13	9	21
3º	União Desp. do Songo	11	6	2	3	16	13	20
4º	Clube de Chibuto	12	5	4	3	15	7	19
5º	Ferroviário de Nampula	12	5	3	4	18	15	18
6º	Liga Desp. de Maputo	11	5	2	4	11	10	17
7º	Ferroviário da Beira	12	3	7	2	15	10	16
7º	Maxaquene	12	4	4	4	13	11	16
7º	ENH de Vilanculo	12	4	4	4	7	11	16
10º	Desportivo de Nacala	12	4	2	6	12	13	14
10º	Univ. Pedagógica Manica	12	3	5	4	9	11	14
12º	Costa do Sol	12	3	4	5	6	6	13
12º	G.D. Incomati	12	2	7	3	4	6	13
14º	1º Maio de Quelimane	12	3	3	6	8	14	12
16º	Ferr. de Nacala	12	2	4	6	8	15	10
16º	Sporting de Nampula	12	2	4	6	9	19	10

Sociedade

INSS: Pensionistas da Cidade e Província de Maputo recebem cadeiras de rodas

Vinte e um pensionistas do Sistema de Segurança Social da Cidade e Província de Maputo, com problemas de locomoção, receberam, recentemente, cadeiras de rodas, no quadro do Programa de Acção Sanitária e Social.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Daquele número de pensionistas, 12 beneficiários são da Cidade de Maputo e nove da Província de Maputo. A oferta decorreu durante a inauguração da Delegação Distrital de KaMubukwana, localizada no Bairro do Zimpeto, no Município de Maputo, um empreendimento construído de raiz, com o objectivo de proporcionar atendimento condigno aos utentes do Sistema de Segurança Social, nomeadamente beneficiários, pensionistas e contribuintes.

A ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Dias Diogo, disse, durante a entrega daqueles meios de compensação, que o gesto visava minimizar a situação em que se encontram os pensionistas decorrente do seu estado de saúde.

No acto, que foi caracterizado pela satisfação e emoção dos pensionistas e seus familiares, os visados agradeceram o gesto do INSS.

De referir que serão contemplados pelo processo de distribuição de cadeiras de rodas um total de 35 pensionistas, sendo 15 da Cidade de Maputo e 20 da Província de Maputo.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

 [twitter.com @verdademz](https://twitter.com/verdademz)

Mundo

Dois mortos em ataque contra mesquita na África do Sul

Dois fiéis muçulmanos foram mortos e vários outros ficaram feridos durante um ataque, na madrugada de quinta-feira (14), contra uma mesquita perto da Cidade do Cabo, na África do Sul.

Texto: Agências

O agressor, que exibia uma faca grande, foi abatido pela Polícia. Os motivos que se escondem por detrás deste incidente ainda não são conhecidos, numa tragédia que coincide com o fim do mês sagrado de Ramadão (jejum muçulmano).

Um ataque similar foi lançado contra uma mesquita na cidade sul-africana de Verulum, no KwaZulu-Natal, no mês passado.

A tragédia de quinta-feira ocorreu por volta das 03:00 horas locais, na pacata comunidade agrícola de Malmesbury, numa altura em que os fiéis acabavam de entrar na mesquita. Tudo parecia indicar que o suspeito rezava com os outros fiéis na mesquita, quando lançou o seu ataque, segundo testemunhas oculares.

Quando a Polícia chegou ao local, alguns minutos mais tarde, abateu o assaltante perante a recusa deste último de largar a sua faca.

O Conselho Judicial Muçulmano da África do Sul declarou ter ficado “chocado do fundo do coração” pela tragédia e exortou a comunidade a não tirar nenhuma conclusão precipitada “até que toda a verdade seja apurada”, declarou.

Por seu turno, o partido da Aliança Democrática (DA, oposição oficial) exprimiou as suas “mais sinceras condolências à comunidade muçulmana”.

“A Constituição sul-africana estipula que as pessoas têm o direito à liberdade religiosa, incluindo a liberdade de culto. Um ataque contra pessoas enquanto praticam actos de devoção é um ataque contra a Constituição e as liberdades de que gozamos neste país”, declarou o deputado Bonginkosi Mdikizela, da Aliança Democrática.

31 mil menores não acompanhados entre migrantes acolhidos em 2017 na Europa

No total, 31 mil e 400 menores não acompanhados, requerentes de asilo, chegaram em 2017 à União Europeia (UE), indica um relatório da Agência Europeia de Guardas Costeiras e Guardas Fronteiras (FRONTEX).

Texto: Agências

Este número representa perto da metade da cifra registada em 2016, ou seja 63 mil e 200 menores não acompanhados, ou seja um terço do pico registado em 2015, ou seja 95 mil e 200.

Segundo este relatório, os menores não acompanhados representam 15 por cento do total de requerentes de asilo de menos de 18 anos de idade, que chegaram aos países da UE em 2017.

A maioria, ou seja 89 por cento, são rapazes ao passo que mais de dois terços têm idades compreendidas entre os 16 e os 17 anos, representando assim um universo de 24 mil e 200 pessoas (77 por cento).

Os migrantes com idades compreendidas entre os 14 e os 15 anos representam

16 por cento, ou seja cinco mil e 500 indivíduos enquanto os com menos de 14 anos de idade representam seis por cento, ou seja dois mil indivíduos, lê-se no documento.

Este relatório foi estabelecido na sequência do caso do navio de socorros Aquarius a bordo qual se encontram 629 migrantes, dos quais sete mulheres africanas grávidas, 11 bebés e 123 crianças não acompanhadas, que partiram das costas líbias.

Aquarius foi fretado pela Organização Não Governamental (ONG) humanitária Médicos Sem Fronteiras. Aquarius e dois barcos italianos, para os quais foram transbordados uma parte de migrantes acima referenciados, estão a caminho do porto de

Valência, na Espanha, aonde vão chegar dentro de três dias depois de a Itália ter negado o seu acesso às suas costas.

O navio em apreço estava bloqueado entre a ilha de Malta e Sicília (Itália), ambos membros da UE, que no entanto recusaram a acostagem do navio, suscitando assim um incidente diplomático entre França e Itália.

Consequentemente, o Presidente francês, Emmanuel Macron, qualificou de “cínico” o ministro italiano do Interior, Matteo Salvini (da extrema direita xenófoba).

No mesmo contexto, o ministro italiano dos Negócios Estrangeiros convocou, no mesmo dia, o embaixador de França na Itália para dar explicações sobre esta situação.

Pelo menos 31 mortos em atentado no Noroeste da Nigéria

Uma série de explosões matou 31 pessoas e deixou dezenas de feridos em Damboa, no estado de Borno, Noroeste da Nigéria, disseram à agência Reuters dois residentes que ajudaram a contar as vítimas.

Texto: Agências

Trata-se do maior ataque em várias semanas na parte do grande país africano mais afectada pela violência dos radicais do Boko Haram, grupo que desde 2009 mantém uma campanha militar contra o Governo com o objectivo de estabelecer um estado islâmico no Norte do país.

Os habitantes contam que vários bombistas suicidas activaram os explosivos que traziam no corpo no sa-

bado à noite e há testemunhas que viram pelo menos um rocket a atingir a zona. Os ataques visaram uma área entre dois bairros de Damboa, a uns 90 km da capital do estado, Maiduguri.

“Destruí as nossas casas. Contámos 31 inocentes mortos no ataque, incluindo crianças e pessoas mais velhas”, diz Modu Usman, filho de um líder da comunidade. Há uns dez feri-

dos graves hospitalizados; as vítimas regressavam a casa depois das festas do fim do Ramadão, o Eid al-Fitr, que durante três dias assinala o final do mês sagrado do jejum muçulmano.

O último ataque de grandes dimensões no Nordeste da Nigéria aconteceu no início de Maio, quando pelo menos 30 pessoas foram mortas em Adamawa, estado que faz fronteira com Borno.